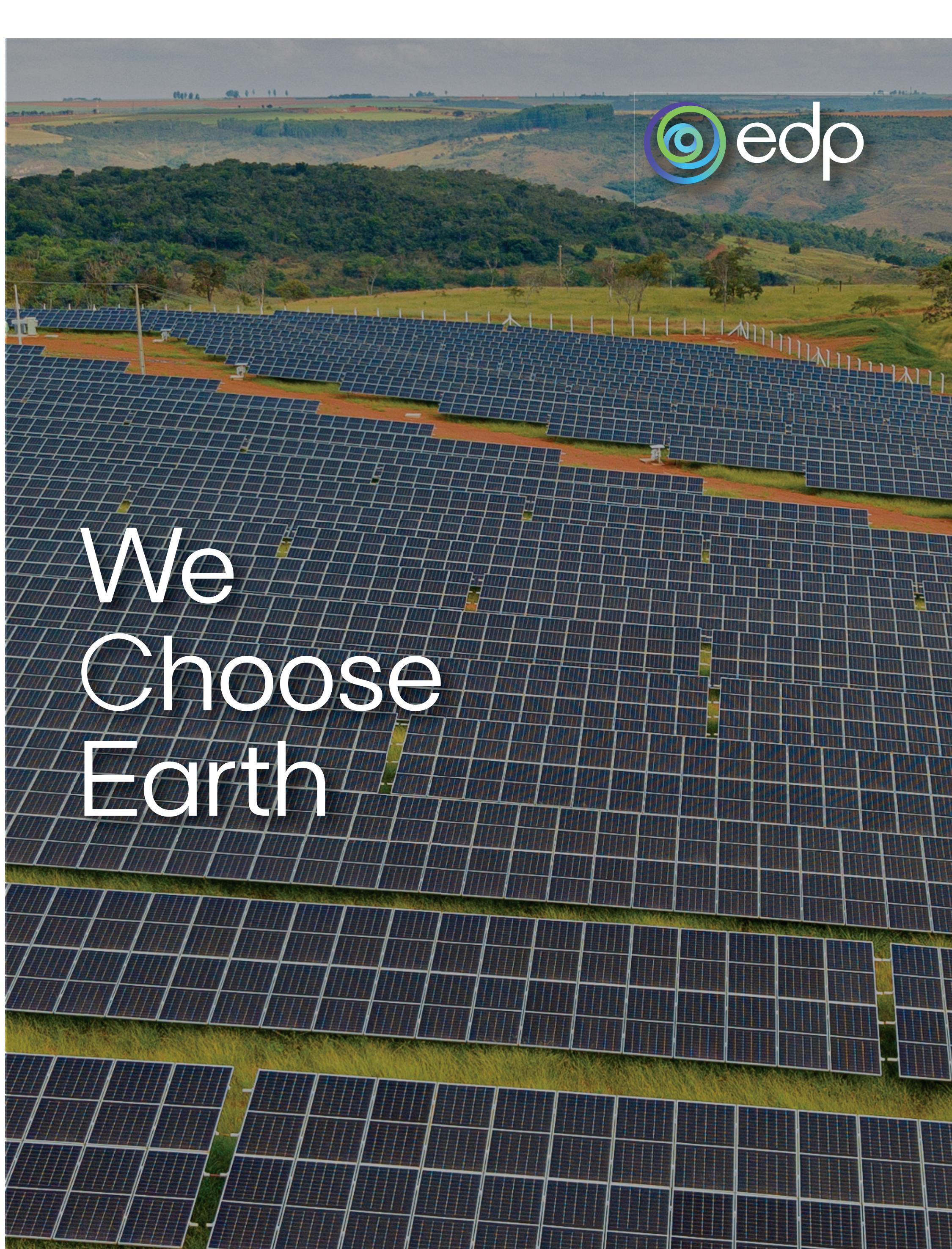




We Choose Earth



EDP Brasil Demonstrações Financeiras 2023

Lucro Líquido: R\$ 1,2 bilhão | **EBITDA:** R\$ 4,7 bilhões | **Ativo Total:** R\$ 37,4 bilhões | **ROL:** R\$ 17,8 bilhões



brasil.edp.com

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

EDP – Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

CARTA DO PRESIDENTE

2023 foi um ano repleto de momentos históricos na EDP Brasil, em especial a conclusão da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Um investimento de mais de R\$ 6 bilhões do Grupo EDP no Brasil, consolidando parte da estratégia para acelerar e reforçar a posição no país, uma vez que os ativos da Companhia possuem alto valor agregado e estratégico, além de demonstrar a confiança da EDP na economia brasileira, em suas instituições e no ambiente regulatório estável e estruturado do país.

Eficiência operacional em Distribuição, Geração e Transmissão

A Distribuição, uma das principais avenidas de crescimento da EDP no Brasil, realizou, em 2023, investimentos na ordem de R\$ 1.662 bilhão nas áreas de concessão da EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, com destaque para a construção e energização de 5 novas subestações. O norte dos investimentos coloca os 3,9 milhões de clientes atendidos como foco para tomadas de decisões, priorizando a qualidade do serviço, a segurança das pessoas, a sustentabilidade, a inovação e a tecnologia.

Outro marco importante foi a realização do 24º Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi), maior evento de distribuição de energia elétrica da América Latina, que em 2023 teve a EDP Espírito Santo como empresa anfitriã e contou com um público de mais de 3 mil participantes, além de promover a troca de experiências entre as distribuidoras de energia elétrica.

Adicionalmente, em outubro, tivemos a Revisão Tarifária da EDP São Paulo, ocasião em que os investimentos realizados no período tarifário foram considerados eficientes e reconhecidos praticamente na sua integralidade pelo órgão regulador, atingindo a glosa de 0,28%.

Na Geração e na Transmissão, o destaque é para a excelência operacional, com o atingimento da marca de 13 anos sem acidentes de trabalho pela UHE Lajeado, conquista que reforça a nossa cultura de segurança, bem como a modernização de cinco subestações no estado de Goiás, investimentos que demonstram o compromisso da EDP em se fazer presente na região e ampliar a confiabilidade e segurança do sistema elétrico do estado. Destaca-se também, o início, em setembro, das obras do Lote 2 (Leilão 02/2022) no Estado de Rondônia, que demandará investimentos na ordem de R\$ 290 milhões.

1. PERFIL CORPORATIVO

A EDP Energias do Brasil ("EDP Brasil"), controlada pela EDP Portugal ("Grupo EDP"), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidrelétricas) em 4 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Pará e Amapá) e detém 2,0 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celses, em Santa Catarina. Na segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e atualmente possui 5 concessões de transmissão, totalizando 15 subestações próprias, 12 de acesso e 24 linhas que totalizam mais 1.300 km de extensão. Além do portfólio em operação comercial, estão em fase de construção e licenciamento mais um nova subestação e 515 km de linhas de transmissão. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 02 de março, o Grupo EDP, acionista controladora da EDP Brasil e EDP International Investments and Services, S.L. ("EDP International"), na qualidade de veículo ofertante, protocolou perante a CVM, pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pelo Grupo EDP e por aquelas mantidas em tesouraria. Posteriormente em 30 de agosto, a EDP Brasil, aprovou o resgate para posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, que representavam 21.494.341 ações, sem modificação do capital social da EDP Brasil, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei da S.A.

Em 01 de agosto, a EDP Brasil, na qualidade de única acionista da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. ("Porto do Pecém"), aprovou aumento de capital social da Porto do Pecém, mediante a conferência da totalidade da sua participação acionária na Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. ("PPTM") e na Porto do Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. ("PO&M") - a saber, 1.682.009 de ações ordinárias da PPTM e 3.526.683 de ações ordinárias da PO&M, representativas, em ambos os casos, de 50% do capital social votante das companhias - para a integralização das ações emitidas no referido aumento de capital da Porto do Pecém. Como resultado da Reorganização Societária, a Porto do Pecém passou a ser titular das Ações PPTM e das Ações PO&M e a EDP Brasil se tornou acionista indireta da PPTM e da PO&M.

Em 21 de setembro, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a EDP - Transmissão Goiás S.A. ("EDP Goiás"), aprovou o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e seu valor nominal, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas titulares de ações em número que não era múltiplo de 20.000 ou que eram titulares de menores de 20.000 ações tiveram o prazo de 30 dias a partir da Assembleia Geral para ajustar suas posições mediante negociação privada das ações e assinatura no Livro de Registro de Transferência de Ações localizado na sede da EDP Goiás, de modo que suas ações não gerassem frações após o processo de grupamento. Transcorrido o referido prazo de 30 dias para ajuste de posições, sem manifestação dos acionistas, as frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em tesouraria, nos termos do art. 45, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, passando a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. a ser detentora da totalidade do capital social da EDP Goiás.

Em 31 de outubro, a EDP Brasil realizou o signing para alienação da totalidade das ações das empresas Mata Grande Transmissora de Energia Ltda e EDP Transmissão SP-MG S.A. para Edify Empreendimentos e Participações S.A.

Em 29 de novembro, a EDP Ventures Brasil S.A. e demais acionistas alienaram a totalidade das ações da Blue Sol Participações S.A para Energia I SPE S.A.

Em 22 de dezembro, a EDP Brasil, titular da totalidade das ações de emissão da Porto do Pecém, alienou para Mercurio GF I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo De Investimento em Participações Multiestratégica, 80% do capital social da Porto do Pecém.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1 Alterações Regulatórias

Decreto nº 11.835/2023 - Governança CCEE

Dispõe sobre alterações na estrutura de funcionamento e governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), alterando o Decreto nº 5.177/2004, o Decreto nº 6.353/2008 e o Decreto nº 10.707/2021.

Portaria Ministerial nº 737/2023 - GM/MME - Diretrizes renovação das concessões de distribuição

Divulga, para Consulta Pública, a Nota Técnica nº 14/2023/SAER/SE, que apresenta proposta de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimento previsto entre 2025 a 2031. Trata-se do marco inicial sobre a renovação das concessões das distribuidoras, incluindo a EDP Espírito Santo ("EDP ES") e EDP São Paulo ("EDP SP").

3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Receita Líquida ¹	1.048.105	953.441	9.534.686	3.046.909	1.288.196	5.667	671.819	-	(944.384)	15.604.439
Receita de Construção	-	-	1.662.362	-	555.068	-	-	-	-	2.217.430
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(29.240)	-	-	-	-	(29.240)
Gastos Não-Gerenciais ⁵	(154.545)	(186.318)	(5.915.030)	(2.882.173)	-	-	(532.697)	-	940.508	(8.730.255)
Margem Bruta	893.560	767.123	3.619.656	164.736	1.258.956	5.667	139.122	-	(3.876)	6.844.944
Gastos Gerenciais ⁵	(213.152)	(271.946)	(3.344.040)	(21.472)	(824.464)	(770.678)	(124.229)	(5.297)	(10.079)	(5.585.357)
PMSO	(57.146)	(118.138)	(956.398)	(18.293)	(268.838)	(135.056)	(88.723)	(5.105)	1.442	(1.646.255)
Provisões	(4.954)	(1.174)	(204.351)	(2.559)	(1.678)	(1.201)	(1.386)	-	-	(217.303)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	86	1.692	(144.274)	1.232	2.206	(38.193)	311	181	-	(176.759)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(144.454)	-	(13.078)	21.745	(135.787)
EBITDA	831.546	649.503	2.314.633	145.116	990.646	(313.237)	49.324	(18.002)	19.311	4.668.840
Depreciação e Amortização	(151.138)	(154.326)	(376.655)	(1.852)	(1.086)	(596.228)	(34.431)	(373)	(11.521)	(1.327.610)
Resultado das Participações Societárias	75.910	351	-	98.330	-	1.878.573	-	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado Financeiro Líquido	(106.099)	(175.915)	(770.576)	(79.491)	(362.291)	104.197	(970)	(298.476)	-	(1.689.621)
IR e Contribuição Social	(191.594)	(42.776)	(312.473)	(13.143)	(137.360)	99.280	(5.612)	74.434	(2.044)	(531.288)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	458.625	276.837	854.929	148.960	489.909	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Participações de Minoritários	(205.806)	-	-	-	(6.716)	-	-	-	-	(212.522)
Lucro Líquido do Exercício	252.819	276.837	854.929	148.960	483.193	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022
Receita Líquida ¹	1.338.909	1.390.778	9.139.651	3.314.744	1.160.232	4.400	552.635	-	(1.508.076)	15.393.273
Receita de Construção	-	-	1.541.530	-	446.090	-	-	-	-	1.987.620
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos Não-Gerenciais ⁵	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Margem Bruta	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624	-	(10.749)	6.699.698
Gastos Gerenciais ⁵	(250.789)	(1.157.512)	(3.045.730)	(25.966)	(544.823)	(181.162)	(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
PMSO	(72.741)	(127.442)	(8							

...continuação

3.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Receita Operacional Líquida	15.575.199	15.300.035	1,6%
Gastos Não Gerenciais	(8.730.255)	(8.600.337)	1,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.025.547)	(6.916.376)	1,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.554.069)	(1.290.764)	20,4%
Outros	(150.639)	(393.197)	-61,7%
Margem Bruta	6.844.944	6.699.698	2,2%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.

A Margem Bruta aumentou 2,2% no ano, decorrente de:

- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 92,2 milhões, decorrente do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras e do efeito tarifa na EDP SP;
- (ii) **Transmissão:** aumento de R\$ 192 milhões, decorrente da incorporação da EDP Transmissão Norte 2 ocorrida em março de 2023, além da contabilização da totalidade dos reajustes tarifários da EDP Transmissão Litoral Sul, Mata Grande Transmissora de Energia e EDP Goiás. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito da contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, considerando seu período de concessão, conforme Interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;
- (iii) **Hídrica:** redução de R\$ 183,9 milhões, em função do desinvestimento da UHE Macecenas, ocorrido em 2022. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e o nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado spot;
- (iv) **Pecém:** aumento de R\$ 23 milhões, decorre do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA, ocorrido anualmente em novembro;
- (v) **Trading:** aumento de R\$ 15,3 milhões, decorrente do aumento do volume de transações de compra e venda de energia, combinado com a redução do risco de crédito; e
- (vi) **Clientes:** redução de R\$ 1,5 milhão, decorre de efeito não recorrente contabilizado em 2022. No entanto, apesar da redução em relação ao ano anterior, o segmento apresentou aumento da base de projetos de energia fotovoltaica e da capacidade instalada.

Formação da Margem Bruta (R\$ milhões)



Margem Bruta 2022

3.2 Gastos Gerenciais

Em 2023, a Companhia manteve o compromisso com o controle de custos em relação ao ano anterior. Os Gastos Gerenciais foram impactados, principalmente pelo aumento na rubrica de Serviços de Terceiros, decorrente das manutenções nas distribuidoras e atendimento a clientes - Call Center, e nas transmissoras, devido a operação integral de novos lotes, além do aumento das despesas com TI (Outsourcing Infra + Aplicações).

Quadro contábil conforme DFs:

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Pessoal	(667.520)	(650.782)	2,6%
Material	(71.913)	(70.531)	2,0%
Serviços de Terceiros	(649.048)	(583.685)	11,2%
Provisões	(217.303)	(212.451)	2,3%
Outros	(257.774)	(109.349)	135,7%
Total PMSO com Provisões	(1.863.558)	(1.626.798)	14,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.646.255)	(1.414.347)	16,4%
Gastos Gerenciais	(5.585.357)	(5.810.169)	-3,9%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Smart Energia, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
PMSO	(1.646.255)	(1.414.347)	16,4%
Contabilização do IFRS 16 (alugéis)	(25.892)	(29.869)	-13,3%
Novos Negócios	207.322	175.313	18,3%
Custos com Receita Associada	360.918	17.603	1950,3%
PMSO recorrente	(1.103.907)	(1.251.300)	-11,8%

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Pessoal	(575.036)	(547.899)	5,0%
Material	(64.865)	(68.138)	-4,8%
Serviços de Terceiros	(567.215)	(525.540)	7,9%
Outros	(95.352)	(111.416)	-14,4%
Total PMSO	(1.302.469)	(1.252.993)	3,9%

Os principais itens que influenciaram o PMSO foram:

- (i) **Pessoal:** aumento de 5,0% (+R\$ 27,1 milhões), decorrente do reajuste em remuneração e méritos, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2022, além do maior número de horas extras;
- (ii) **Material:** redução de 4,8% (-R\$ 3,3 milhões), decorrente de gastos de infra, manutenção predial e veículos nas distribuidoras e manutenções na geração;
- (iii) **Serviços de Terceiros:** aumento de 7,9% (+R\$ 41,7 milhões) decorrente de TI, Outsourcing Infra (Contrato global MSP) e Aplicações, manutenções de conservação e reparo do sistema elétrico e relacionamento de cliente - troca de call center nas distribuidoras, além de consultorias e mão de obra contratada; e
- (iv) **Outros:** redução de 14,4% (-R\$ 16,1 milhões) reflexo do mix digital, impactando na tarifa média de arrecadação, além de maior crédito de Pis/Cofins.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 43,2 milhões, decorrente principalmente da apuração de perdas com os projetos descontinuados, desativação retroativa nas distribuidoras e o aumento no volume dos ativos baixados em decorrência de maior realização de capex de recomposição e combate à perda pelas adversidades climáticas que ocasionaram altas demandas emergenciais na SP e ES.A conta de **Depreciação e Amortização** redução R\$ 0,7 bilhão, decorrente principalmente da contabilização do impairment de Pecém ocorrido em 2022, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

3.3 Resultado das Participações Societárias

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Participações Societárias	264.786	213.964	23,8%
Resulado das Participações Societárias	264.786	213.964	23,8%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	4.933.626	5.479.589	-10,0%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com desfazem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e BlueSol.

O aumento do Resultado das Participações Societárias reflete o maior resultado da Celesc, além do aumento da equivalência Jari, decorrente dos reajustes anuais nos contratos de venda de energia.

3.4 EBITDA

Formação do EBITDA (R\$ milhões)



EBITDA 2022

3.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2023	2022	Var
Receita Financeira	725.745	666.223	8,9%
Juros e variações monetárias	598.168	638.878	-6,4%
Outros	127.577	27.345	366,5%
Despesa Financeira	(2.415.366)	(2.132.824)	13,2%
Encargos de Dividas	(2.064.783)	(1.782.521)	15,8%
Outros	(350.583)	(350.303)	0,1%
Total	(1.689.621)	(1.466.601)	15,2%

O Resultado Financeiro aumentou 15,2%, decorrente do aumento da receita financeira, impactado pelos ajustes a valor presente constituído pelo AVP das ações preferenciais de classe B na coligada Porto do Pecém, além do aumento da despesa financeira, em decorrência do aumento dos encargos de dívidas, principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS)

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.916.395	1.950.764	-1,8%
Alicota	34%	34%	
IR/CS	(651.574)	(663.260)	-1,6%
Adições/Exclusões			
Doações	(3.983)	(3.971)	0,3%
Impostos Diferidos N. Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	142.275	36.179	293,3%
Efeito tributário de créditos extemporâneos	17.193	9.108	88,6%
Ajuste de Lucro Presumido	22.925	(13.244)	n.d.
Resultados de Equivalência Patrimonial	(90.027)	(56.787)	58,5%
Juros sobre capital próprio	(20.072)	231.776	-108,7%
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	64.798	49.376	31,2%
Perdas indeviduais	(188)	(283.417)	-99,9%
Juros sobre as ações preferenciais	(5.795)	(3.698)	56

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo			2023 (R\$ mil)		2022 (R\$ mil)				
Receita líquida (RL)			17.792.629,00		17.287.656,00				
Resultado operacional (RO)			3.606.016,00		3.417.364,00				
Folha de pagamento bruta (FPB)			536.875,29		504.628,09				
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL			
Alimentação	68.140,83	12,69%	0,38%	64.941,57	12,87%	0,38%			
Encargos sociais compulsórios	140.967,79	26,26%	0,79%	128.422,82	25,45%	0,74%			
Previdência privada	7.726,63	1,44%	0,04%	6.803,05	1,35%	0,04%			
Saúde	51.336,95	9,56%	0,29%	50.234,19	9,95%	0,29%			
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Educação	31,38	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Transporte	11.110,27	2,07%	0,06%	9.674,23	1,92%	0,06%			
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.648,02	0,68%	0,02%	4.256,31	0,84%	0,02%			
Creches ou auxílio-creche	2.980,31	0,56%	0,02%	2.679,29	0,53%	0,02%			
Participação nos lucros ou resultados	60.534,10	11,28%	0,34%	64.670,23	12,82%	0,37%			
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Outros	6.340,64	1,18%	0,04%	5.437,98	1,08%	0,03%			
Total - Indicadores sociais internos	352.816,92	65,72%	1,98%	337.119,67	66,81%	1,95%			
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL			
Educação	4.989,00	0,14%	0,03%	2.917,90	0,09%	0,02%			
Cultura	11.018,00	0,31%	0,06%	9.544,00	0,28%	0,06%			
Saúde e saneamento	876,00	0,02%	0,00%	336,20	0,01%	0,00%			
Esporte	5.102,00	0,14%	0,03%	2.736,40	0,08%	0,02%			
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	65,00	0,00%	0,00%			
Outros	1.413,00	0,04%	0,01%	1.256,00	0,04%	0,01%			
Total das contribuições para a sociedade	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%			
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Total - Indicadores sociais externos	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%			
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL			
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	231.023	6,41%	1,30%	253.998	7,43%	1,47%			
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-			
Total dos investimentos em meio ambiente*	231.022,98	6,41%	1,30%	253.998,34	7,43%	1,47%			
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa									
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022					
Nº de empregados(as) ao final do período	3.366			3.337					
Nº de admissões durante o período	332			465					
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	12.415			8.626					
Nº de estagiários(as)	126			155					
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	308			342					
Nº de mulheres que trabalham na empresa	788			770					
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%			21%					
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	1.126			1.057					
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	15%			16%					
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	74			70					
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	37,40			47,22					
Número total de acidentes de trabalho***	20,00			28,00					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados			
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: 58.059	no Procon: 4.100	na Justiça: 6.025	na empresa: 41.714	no Procon: 4.451	na Justiça: 4.539			
% de reclamações e críticas atendidas ou解决adas:	98,45%	100,00%	82,54%	99,43%	99,00%	68,50%			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	10.283.704,00			10.229.717,00					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 57% acionistas: 5% colaboradores: 6% retido: 9% terceiros: 24%			governo: 61% acionistas: 9% colaboradores: 6% retido: 3% terceiros: 21%					
7 - Outras Informações									
N/A - Não Aplicável.									
*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção									
**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a soma de pessoas pretas e pardas									
***Nota: Indicador considera apenas os colaboradores próprios (acidentes com e sem afastamento)									

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.792.587	971.534	3.435.221	4.197.196	
Títulos e valores mobiliários	6			4.173	1.952	
Títulos a receber	17	19.101	3.329	15.930		
Contas a receber	7			2.692.617	2.445.137	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	125.258	99.731	244.680	238.560	
Outros tributos compensáveis	9	88.624	61.416	421.928	456.679	
PIS e COFINS diferidos	10.1			112.160	139.427	
Emprestimos a receber	11	183.115				
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	24.131	8.918	35.474	13.463	
Dividendos	14	461.356	516.028	90.270	71.004	
Estoques	12			405.001	275.722	
Cauções e depósitos vinculados	13		350	4.156	19.782	
Ativos financeiros setoriais	8			35.269	80.687	
Ativos da concessão	22			497.570	700.042	
Compromissos futuros	15			883.965	1.347.737	
Outros créditos	16	25.154	30.049	302.698	316.639	

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receitas	34	5.667	4.400	17.792.629	17.287.655
Custos	35			(8.603.188) (8.209.071)	
Custo do serviço de energia elétrica				(133.261) (319.394)	
Custo da produção da energia elétrica				(1.565.264) (1.428.642)	
Custo de operação				(2.248.505) (2.096.826)	
Custo do serviço prestado a terceiros				- (12.550.218) (12.053.933)	
Lucro bruto		5.667	4.400	5.242.411	5.237.722
Despesas e Receitas operacionais	35			(161.235) (159.814)	
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(154.089) (148.290)	
Despesas gerais e administrativas				(616.071) (716.534)	
Ganho (Perda) na alienação de investimentos				(144.454) 326.252 (135.787)	
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas				(616.589) (32.872) (988.088) (1.480.225)	
Resultado das participações societárias	19	1.878.573	842.448	264.786	213.964
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		969.108	991.938	3.606.016	3.417.365
Resultado financeiro	36			143.018 60.520 725.745 666.223	
Receitas financeiras				(38.821) (33.408) (2.415.366) (2.132.824)	
Despesas financeiras				104.197 27.112 (1.689.621) (1.466.601)	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.073.305	1.019.050	1.916.395	1.950.764
Tributos sobre o lucro	37			(434.777) (569.626)	
Imposto de renda e contribuição social correntes				99.280 2.387 (96.511) (168.411)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				99.280 2.387 (531.288) (738.037)	
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores				1.172.585 1.021.437 1.172.585 1.021.438	
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522 191.289	
Resultado por ação atribuível aos acionistas	38				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		2.071.78	1.804.73	2.071.78	1.804.73
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		2.089.76	1.806.01	2.089.76	1.806.01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(31.847) 64.354	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(50.476) 107.964 (30.228) 66.489	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				10.828 (21.880)	
				(50.476) 107.964 (51.247) 108.963	
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa				1.166 (1.514)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(395) 514	
				- 771 (1.000)	
Resultado abrangente do exercício		1.122.109	1.129.401	1.334.631	1.320.690
Atribuível aos acionistas controladores		1.122.109	1.129.401	1.122.109	1.129.401
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522 191.289	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado		37.965	356.642	24.220.496	23.979.533
Receita operacional		6.236	4.642	20.363.053	20.382.575
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(125.789) (159.814)	
Receita relativa à construção de ativos próprios		26.481	24.757	382.988 275.906	
Receita de Construção				2.365.914 2.036.378	
Remuneração dos Ativos da concessão				842.864 730.566	
Atualização do Ativo financeiro indenizável				351.058 384.236	
Outras receitas		5.248	327.243	40.408 329.686	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(292.390)	(119.835)	(13.673.568)	(12.657.105)
Custos da energia comprada				(7.720.465) (7.536.473)	
Encargos de uso da rede elétrica				(1.714.823) (1.425.354)	
Materiais		(18.340)	(804)	(410.069) (336.111)	
Materia prima e insumos para produção energia elétrica				(135.951) (317.565)	
Serviços de terceiros		(77.704)	(72.759)	(757.363) (694.069)	
Custo de construção da infraestrutura				(2.227.111) (1.987.620)	
Outros custos operacionais		(196.346)	(46.272)	(707.786) (359.913)	
Valor adicionado bruto		(254.425)	236.807	10.546.928	11.322.428
Retenções					
Depreciações e amortizações				(596.228) (17.535) (1.338.468) (2.060.461)	
Valor adicionado líquido produzido		(850.653)	219.272	9.208.460	9.261.967
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras				189.704 104.497 810.044 753.787	
Resultado da equivalência patrimonial				1.878.544 842.448 265.200 213.964	
Valor adicionado total a distribuir		1.217.635	1.166.217	10.283.704	10.229.718
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		51.442	52.706	437.094 414.244	
Benefícios		6.020	6.384	130.112 127.045	
FGTS		3.375	5.995	34.002 42.464	
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(46.455)	45.425	3.619.896 3.971.007	
Estaduais		16	(39)	2.218.782 2.290.860	
Municipais		1.348	1.186	15.921 15.538	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		38.821	33.408	2.434.537 2.149.827	
Aluguel		656	(285)	17.777 6.006	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		651.239		651.239	
Participações dos não controladores				178.282 191.289	
Dividendos		278.489		278.489	
Partes beneficiárias		333.712	796.019	9.399.781 9.890.602	
Lucros retidos		883.923	370.198	883.923 339.116	
		1.217.635	1.166.217	10.283.704 10.229.718	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716 </td			

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

A partir do dia 21 de agosto de 2023, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Nota 4.7).

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação	
			31/12/2023	31/12/2022
Distribuição			Direta	Indireta
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-
Geração				
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-
Investec S.A. (Investec)	Controlada	integral	55,86	-
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	20,00	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) (Nota 4.6.4)	Coligada	por equivalência patrimonial	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	50,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-
Empresa Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-
Energia Sônia Manoel S.A. (Sônia Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-
Commercialização				
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-
Transmissão				
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)	Controlada	integral	99,9989	-
Clientes				
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	100,00	-
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	Controlada	integral	100,00	-
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	100,00	-
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	integral	100,00	-
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	100,00	-
Energia I SPE S.A. (Energia I)	Controlada	integral	100,00	-
Energia II SPE S.A. (Energia II)	Controlada	integral	100,00	-
Outros				
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-
Comercializadora de equipamentos e materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Controlada	integral	50,00	-
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	50,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM) (Nota 4.6.3)	Controlada	integral	29,90	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM) (Nota 4.6.3)	Controlada	por equivalência patrimonial pela Porto do Pecém	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol) (Nota 4.18)	Controlada	por equivalência patrimonial	100,00	-
1.1.1 Constituição de controladas				
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EDP Smart SPE V constituiu treze novas controladas indiretas, sendo controladas diretas da EDP Smart Serviços (Nota 1.1). As referidas controladas indiretas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP - Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.				
1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance				
A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Após dois anos consecutivos em 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, com a OPA (Nota 4.7), a Companhia manteve seus compromissos com a agenda ESG a partir da integração dos temas sociais e ambientais em seu Plano de Negócios 2023-2026. A Companhia mantém objetivos estratégicos que passa pelos temas da descarbonização do portfólio, investimento social nas comunidades em que atua e aceleração de uma cadeia de fornecimento sustentável.				
A Companhia também manteve seu score em nível de Liderança no CDP (Carbon Disclosure Project), disclosure focado no tema das alterações climáticas e que demanda estratégia sólida de gestão da temática e melhorias nos indicadores de desempenho que envolvem a emissão de carbono.				

2 Outros

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm) (Nota 4.4)	Início	Término	Prorrogação		Indenização
									Por equivalência patrimonial	Integral	
EDP Espírito Santo	Serviço Público	Concessão	ES		17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)		
EDP São Paulo	Serviço Público	Concessão	SP		23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)		
Geração											
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	20 anos	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/TO	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
Enerpeixe	UHE Peixé Arapicu	Produtor Independente	Concessão	TO	408,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
Investec	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	479,90	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual		(ii)
Transmissão											
Operação comercial											
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização	
EDP Transmissão Aliança	494,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	1 LT 500kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente	(ii)	
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043				

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 20.2) e a Companhia detém 20,00% da participação no capital total e 33,33% de participação no capital votante da Porto do Pecém (Nota 4.6), possuindo assentos no Conselho de Administração e Diretoria.
- As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, e a recém controlada adquirida Blue Sol (Nota 4.18), o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balanço da referida com dois meses de desfasagem.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,34% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes. Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.9.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificaram que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeitos dos testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos) e EDP Smart SPE; e
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (3,46% a.a.) e IPCA+ (3,47% a.a.).

Em 30 de junho de 2023, a Administração da coligada Porto do Pecém reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.6.2). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções, considerando a intenção de alienação, a Administração da controlada EDP Smart Serviços reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.19). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisões das normas de contabilidade e International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Revisão de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarecendo a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporais iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 9 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7 / IAS 16 / IAS 23 / IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidencição na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações da Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retorno (lease and leaseback).	IAS 1 / IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e capturas de recursos

Durante o exercício de 2023, a Companhia e as controladas obtiveram os seguintes recursos:

Controladora					
Empresa	Fonte	Data de liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida
Em moeda nacional					
EDP - Energias do Brasil	Cédula de Câmbio MUFG	out/23	fev/24	600.000	CDI + 1,25% a.a.
Total em moeda nacional				600.000	
Consolidado					
Empresa	Fonte	Data de liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida
Em moeda nacional					
EDP Trading	BNDES	jul/23	nov/35	75.000	IPCA + 5,93% a.a.
EDP São Paulo	Debêntures - 15º Emissão	out/23	set/28	600.000	CDI + 1,25% a.a.
EDP Trading	Cédula de Câmbio MUFG	nov/23	mar/24	25.000	CDI + 1,25% a.a.
EDP Transmissão SP-MG	Debêntures - 04º Emissão	dez/23	nov/38	525.000	IPCA + 6,35% a.a.
EDP Goiás	Debêntures - 01ª Emissão	dez/23	dez/28	366.666	CDI + 1,20% a.a.
EDP Goiás	Debêntures - 02ª Emissão	dez/23	dez/30	183.334	CDI + 1,40% a.a.
Total em moeda nacional				1.775.000	
Em moeda estrangeira				316.546 USD	
Coligada (não consolidada nesta demonstração financeira (Nota 20.2))					
Em moeda nacional					
Porto do Pecém	Cessão de Direitos Creditórios	dez/23	set/27	1.200.000	12,0568%
Total em moeda nacional				1.200.000	

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 27, 28 e 39.13.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET de 21 de fevereiro de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios - TS 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 das Distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuirão. A ANEEL encerrou a TS 002/2022 e deverá abrir a Consulta Pública - CP para dar continuidade ao tema em 2024.
DSP nº 453 de 27 de fevereiro de 2023	Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho nº 453, que anuncia previamente o Contrato de Compra e Venda de Ativos a ser firmado entre a controlada EDP São Paulo e a controlada indireta EDP Goiás.	A operação da venda de torres de emergência entre as controladas EDP São Paulo e EDP Go

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.2 Ajuste do preço por Ação na OPA em razão de distribuição de dividendos

Conforme informado em 02 de março de 2023, a Companhia atribuiu o preço de R\$24,00 por ação objeto da OPA, sujeito a ajustes em razão de dividendos ou JSCP declarados pela Companhia antes da realização do leilão da OPA. Considerando que, em 11 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia - AGOE a declaração de dividendos (exeto JSCP já declarados) no valor de R\$152.457, equivalente a R\$0,269366954 por ação, a serem pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base da AGOE, o novo preço por ação da OPA passou a ser de R\$23,73 por ação.

4.7.3 Exclusão da negociação de ações ordinárias no Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex)

Em 27 de março de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que na presente data, foi apresentado requerimento ao Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex) para exclusão da negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia (Nota 4.7). A Companhia engajou o Banco Santander S.A. para a coordenação do processo de deslistagem da Latibex (Entidade Agente) e a Aurora Global Investor Society Ltda. como instituição intermediária (Especialista) como agente facilitador, aqueles investidores que tenham adquirido ações de emissão da Companhia na Latibex e que foram alienadas em momento anterior à exclusão da negociação na Latibex, que o desinvestimento de sua participação acionária foi realizado em condições de mercado, seguindo o valor de cotação praticado no segmento de bolsa de valores da B3.

4.7.4 Resultado do Leilão referente à OPA

Em 14 de julho de 2023, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Leilão que a controladora da Companhia adquiriu 185.160.240 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 31,86% do seu capital social total. As ações foram adquiridas pelo preço de R\$23,73 totalizando o valor de R\$4.394.066. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 14 de julho de 2023 sobreu em circulação 55.699.226 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 9,58% do seu capital social total. Considerando a aquisição realizada no Leilão, a controladora da Companhia passou a deter 510.895.234 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 97,91% do seu capital social total. Tendo sido alcançado o quórum para Conversão de Registro conforme previsto no artigo 22, inciso II, da Resolução CVM n° 85/2022 e no item 3.5 do edital da OPA e, consequentemente, o quórum para Saída do Novo Mercado conforme previsto no artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no item 3.5 Edital, foram tomadas as medidas necessárias para a Conversão de Registro da Companhia e exclusão da negociação das suas ações da B3, sendo que as ações ordinárias de emissão da Companhia foram sendo negociadas no segmento básico da B3 a partir de 12 de julho de 2023 até a efetiva Conversão de Registro, que ocorreu no dia 21 de agosto de 2023.

4.7.5 Conversão do Registro de companhia aberta de Categoria "A" para "B" e Data de Corte do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação da Companhia

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia comunicou ao mercado por meio do Fato relevante que a CVM deferiu, em 21 de agosto de 2023, por meio do Ofício nº265/2023/CVM/SEPA/GEA-1, a conversão do registro de categoria da Companhia, que passa a ser registrada como companhia aberta na categoria "B". Dessa forma, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 a partir desta data.

4.7.6 Aprovação do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação, após conclusão da OPA

Em 30 de agosto de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório das 21.944.341 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 3,70% do seu capital social total, remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. O preço do resgate compulsório será idêntico ao preço por ação de R\$23,73, ajustado pela taxa SELIC acumulada, pro rata temporis, desde 14 de julho de 2023, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate.

O preço de resgate foi pago aos acionistas da Companhia com base na posição acionária registrada em 29 de agosto de 2023, considerando que o último dia de negociação das ações de emissão da Companhia no ambiente de negociação da B3 foi em 21 de agosto de 2023. Considerando a aprovação do resgate compulsório, fica encerrado antecipadamente o período de três meses contados da data do Leilão para que os acionistas que desejassem vender suas ações objeto da OPA que não foram alienadas no Leilão, previsto no item 8.1.1 do edital da OPA e objeto do aviso aos acionistas divulgado em 11 de julho de 2023.

4.8 Encerramento do Programa de Recompra de Ações

Em 07 de março de 2023, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que diante do protocolo de pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações da Companhia junto à CVM por sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Nota 4.7), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o encerramento do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo seu Conselho de Administração em 25 de outubro de 2021, conforme Fato relevante na data referida.

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da Administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Por meio do Programa de Recompra, a Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.9 EDP Trading - Reestruturação societária

Em 14 de março de 2023 a controlada EDP Trading efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil, e o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

4.10 Transmissoras - Conclusão dos reforços em transmissão

EDP Goiás
Conclusão do reforço da instalação de transmissão de energia elétrica para implantação do setor de 138kV - 230/138kV - (6+1R)x33,33 MVA na SE Itapaci, aprovado pela Resolução autorizativa nº 8.614 de 27 de fevereiro de 2020, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$12.670 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

Conclusão do reforço da instalação na Xavantes em setembro de 2023 na EDP Goiás, aprovado pela Resolução autorizativa nº 11.645 de 12 de abril de 2022, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

4.11 Transmissoras - Reajustes e revisões tarifárias

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A RAP foi readjustada considerando os efeitos do exercício do IPCA e da alteração na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerada um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Revisão do Contrato com Cliente (Nota 34), foi efetuada a revisão desse componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apontados em Recasas. Com relação à alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP das controladas EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 34). A RAP das controladas de transmissão de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

RAP 2023 REH nº 3.216	241.729	239.182
RAP 2022 REH nº 3.067	938.037	876.703

*) A RTP de 2023 da RAP da controlada indireta EDP Goiás foi postergada em decorrência da decisão da Diretoria, consubstanciada no DNP nº 402/2023, impactando as transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

4.12 EDP Espírito Santo - Reajuste Tarifário Anual

Em 01 de agosto de 2023, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual da controlada EDP Espírito Santo aplicado a partir de 07 de agosto de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de 3,55%, sendo 0,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 4,80% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes.

A Parcela "B" foi ajustada em -0,1%, ficando em linha com a homologada em 2022, resultando em R\$1.407. Essa atualização contou com o IGP-M de -7,72% apurado para o período tarifário e o Fator X de 0,86%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram: (i) a redução dos custos que remuneram a distribuidora (Parcela "B"); (ii) as geradoras (compra de energia); (iii) a elevação dos custos de transmissão e encargos setoriais; e (iv) fim de medidas de mitigação tarifária adotadas em 2022, tal como a reversão dos créditos de PIS e COFINS.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$10.738 negativo, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário de 2022 a 2023, além da reversão dos créditos residuais de PIS e COFINS no valor de R\$15.831.

4.13 Santa Leopoldina

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a controlada Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás, sendo ao todo, 3.213 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 99,9999% do capital social total da controlada indireta EDP Goiás.

4.13.1 Aquisição adicional de ações da EDP Goiás

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a controlada Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás, sendo ao todo, 3.213 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 99,9999% do capital social total da controlada indireta EDP Goiás.

4.13.2 Grupamento de ações da Controlada indireta EDP Goiás

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de setembro de 2023, por maioria dos acionistas que representam 329.723.712 votos a favor, foi aprovado o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal que não seja múltiplo de 20.000 ou que sejam titulares de menos de 20.000 ações.

Ficou designado o grupo de ações de acordo com número que não seja múltiplo de 20.000 ou que sejam titulares de menos de 20.000 ações. Transcorridos o prazo de 30 dias para ajustes de posições, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em Apóios em tesouraria, mediante o pagamento de valor proporcional do patrimônio líquido por ação de R\$6,40 com prêmio adicional de R\$2,90, totalizando o valor por ação de R\$10,30.

Em 21 de outubro de 2023 a controlada Santa Leopoldina passou a deter 100% das ações da controlada indireta EDP Goiás.

4.14 Investo - Ações preferenciais resgatáveis

A controlada Indireta Investco assinou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, cujo objetivo é formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. Desta forma os acionistas da Investco que são detentores das Ações preferenciais resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 27) e consequentemente a liquidação do Capital Social será no final do novo prazo de concessão (Nota 2).

7 Contas a Receber

Circulante	Valores Correntes												Valores Renegociados												
	Corrente a Vencer						Corrente Vendida						Renegociada a Vencer						Renegociada Vendida						
	Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD	Nota 7.9	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD	Nota 7.9	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022		
Consumidores																									
Fornecimento faturado	7.2																								
Residencial		365.313		325.667		5																			

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Características das Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da coligada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a coligada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas as reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de consumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A variação observada no exercício refere-se ao aumento do consumo em 31 de dezembro de 2023 frente ao consumo em 2022, sendo na controlada EDP Espírito Santo de 1.089.688MWh (585.057MWh em 31 de dezembro de 2022), o que gerou um impacto de 86,25% no aumento da carga consumida entre os anos e na controlada EDP São Paulo de 24.394.128MWh (22.666.805MWh em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente para a controlada EDP São Paulo houve impacto significativo do aumento da tarifa dos clientes livres que em 2023 ficou em média de R\$136 (R\$106 em 2022).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica ocorre nas controladas de distribuição, sendo na controlada EDP Espírito Santo decorrente dos seguintes fatores: (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 26.664 MWh (10.855 MWh em 31 de dezembro de 2022); (ii) o aumento de consumo de clientes com Micro e Mini Geração distribuída - MMGD que vem apresentando uma significativa evolução no ano de 2023 e na controlada EDP São Paulo devido (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 393.331 MWh (388.997 MWh em 31 de dezembro de 2022). Outro fator que impactou as duas distribuidoras foi à alteração dos métodos de cálculo do Fornecimento Não Faturado (Nota 4.20) em dezembro de 2023, que passou a ser feito por calendarização, tendo ocasionado alteração no MWh do Não Faturado em 2023.

7.4 Outros créditos - Consumidores

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$29.157 (R\$29.217 em 31 dezembro de 2022), R\$12.692 (R\$12.692 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$28.558 (R\$28.562 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 30).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Trading à redução dos contratos de comercialização de energia, decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares baixos durante o exercício de 2023, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e níveis de reservatórios elevados; e (ii) nas controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente da redução da carga de energia elétrica comercializada no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE.

7.6 Concessionárias - Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE. O aumento no exercício refere-se às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo devido às transações de MCSD diante de um cenário de sobre de energia em 2023, possibilitando a venda do excedente, enquanto que em 2022 as distribuidoras declararam déficit de energia.

7.7 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

A variação observada no exercício refere-se, principalmente, aos saldos das controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora que foram transferidas para mantido para venda (Nota 18.2).

7.8 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização e de liquidação e a taxa de desconto.

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Saldo em 31/12/2022	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2023	Valores em constituição IRT (*) 2024	Saldo em 31/12/2025
CVA										
Compra de energia (ii)	(717.861)	(444.618)	599.544	(71.125)	(634.060)	(532.017)	(102.043)	(450.067)	(246.504)	62.511
Custo da Energia de Itaipu (iii)	354.021	(118.037)	(274.207)	19.573	(18.650)	7.596	(26.246)	19.940	(38.590)	
PROINF (iv)	62.838	(30.367)	(56.959)	49	(24.439)	(24.044)	(395)	(23.839)	(600)	
Transporte Rede Básica (v)	118.887	127.931	(93.488)	15.885	169.215	117.888	51.327	94.097	75.118	
Transporte de Energia - Itaipu	17.578	18.624	(14.750)	2.095	23.547	15.643	7.904	11.932	11.615	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER	70.900	23.497	(124.759)	53.970	23.608	11.436	12.172	3.647	19.961	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vi)	183.002	(89.793)	(124.388)	18.033	(13.146)	(1.313)	(11.833)	5.960	(19.106)	
Residencial	89.365	(512.763)	(89.007)	38.480	(473.925)	(404.811)	(69.114)	(338.330)	(198.106)	62.511
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (vii)	183.207	159.332	(58.484)	20.354	304.409	133.131	171.278	202.607	101.802	
Neutralidade da Parcela A (viii)	18.421	(47.727)	(229)	1.001	(28.534)	(1.556)	(26.978)	10.944	(39.701)	223
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (ix)	(168.713)	(123.749)	62.458	6.331	(223.673)	(107.886)	(115.787)	(19.923)	(87.963)	(115.787)
Risco Hidrológico (x)	(362.418)	(368.968)	378.324	(19.150)	(372.212)	(331.057)	(41.155)	(255.661)	(116.551)	
Outros (xi)	215.582	11.940	(166.264)	(62.613)	(1.355)	34.259	(35.614)	(607)	744	(1.492)
PIS e COFINS	(113.921)	(369.172)	215.805	(54.077)	(321.365)	(273.109)	(48.256)	(62.640)	(141.669)	(117.056)
(*) IRT - Índice de Repositionamento Tarifário										

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

• Parcela "A" (custos não gerenciables): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como "Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

• Parcela "B" (custos gerenciables): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Esta parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário ("Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esta diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação das tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

• Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela A - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e

• Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros do Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica", emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia e suas controladas quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$308.624 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do saldo de R\$291.990, R\$94.494 refere-se à controlada Enerpeixe que realizou reparações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$89.232 (R\$83.439 em 31 de dezembro de 2022), onde houve atualizações monetárias de R\$26.164 (R\$20.371 em 31 de dezembro de 2022) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2022). Este crédito está sendo compensado com os respetivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.4 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$485.174 (R\$420.824 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$448.709 (R\$349.339 em 31 de dezembro de 2022), que incluem créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens no valor de R\$446.615 (R\$349.292 em 31 de dezembro de 2022) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.5 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$234.948 (R\$97.631 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$210.391 (R\$83.673 em 31 de dezembro de 2022), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

Controladora							
	Principal	Multa	Juros	Parcelamento	Total de conversão em Renda	adesão - REFIS	Valor de REFIS
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790	
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592	
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382	
Redução Programa REFIS					(7.471)		
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal					(11.933)		
Total					39.978		

9.6.2 Consolidado

9.6.2.1 REFIS

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

Consolidado							
	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	adesão - REFIS
COFINS	2.925	585	2.681		6.191	6.191	
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa	223	192			415	190	605
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011	60.433
Redução Programa REFIS						(11.578)	
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(12.099)	
Total						36.756	

9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

Consolidado							
	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	adesão - PERT
PIS	37.010	7.401	10.649		55.060		
COFINS	166.807	33.361	47.259		247.424		
CSLL	63.432	12.686	16.017		92.135		
IRPJ/ IRRF	155.787	31.158	38.304		225.249		
Total	423.036	84.606	112.229		619.871		
Redução Programa PERT					(105.668)		
Total					514.203		

9.6.3 Movimentação dos parcelamentos

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Controladora							
	REFIS	REFIS (II)	PERT	Total	Ativo	Passivo	Total
Notas	39.978	76.734	514.203	590.937			
	791	1.934	(5.218)	(3.284)			
	8.707	11.422		11.422			
		3.640		3.640			
		17.284		17.284			
	(5.689)	(24.140)		(24.140)			
	(60.924)	(97.003)	(353.543)	(450.546)			
	23.583	33.236	124.215	157.451			
	(2.892)	(2.892)		(2.892)			
	6.446	20.215	279.657	299.872			

(i) O montante de R\$6.446 na Controladora refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluso no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2023 de R\$20.215 (R\$25.505 em 31 de dezembro de 2022); (i) R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.769 (R\$13.493 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.284 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa desse passivo.

Do valor total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 de R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022), restam 22 parcelas de R\$293

atualizáveis mensalmente pela SELIC.

10 Tributos diferidos

Controladora							
	Consolidado						
	Passivo	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
PIS e COFINS	10.1	270	210	112.160	139.427	87.172	87.368
Imposto de renda e contribuição social	10.2	105.694	203.646		293.495	558.280	1.079
Imposto sobre serviços							489
Total	105.964	203.856	112.160	139.427	380.667	645.648	174.129

11 Partes relacionadas

Além dos valores do

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Relacionamento	Duração	Controladora										
		Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras	2023	2022	2023	2022	
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)												
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		115				126	60	2.532	2.052	
Energest	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026								52		
EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		79	45					553	533	
Investco	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		286						308	260	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026			66					997	828	
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			14					260	225	
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		265	245					3.799	2.823	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			44					635	451	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026		13	13					197	184	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		3	3					45	37	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		14	14					205	188	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		4	1					32	4	
Mata Grande Transmissora	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026		1	1					12	10	
EDP Goiás	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026		11	9			40	157	159		
EDP Smart Soluções	Controlada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026			21						311	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026						116	15			
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026		4	13			72	55			
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			17					3	6	
Opcões de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)												
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			554						554	
Energest	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026										
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			67						67	
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			547						(547)	
Porto do Pecém	Coligada (*)	15/06/2017 a 30/06/2026			337						(337)	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (*)	18/06/2020 a 30/06/2026			32							
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026			4							
Contrato de prestação de serviços (c)												
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	8.513	10.881		66.007	61.894	1.216	1.238	(23.991)	894	
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado	9							295		
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado				6.636	5.804			(1.120)		
Porto do Pecém	Coligada (*)	22/12/2023 a 21/06/2024			283						283	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)												
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023		1.898	2.912					10.154	14.766	
Mata Grande Transmissora	Controlada (*)	01/02/2022 a 31/12/2023		71	41			21		552	259	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023		57	50					538	360	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2023		64	110					938	1.035	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023		106	213					1.158	1.219	
EDP Goiás	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023		171						2.167	702	
Energest	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023									357	
EDP Smart Soluções	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2023			417						1.423	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			141					898	771	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2023			708					7.086	5.554	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			215			100		740	1.049	
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023		1.658	5.754					9.715	18.602	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023		495	596					2.383	3.549	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			3						37	
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023									1.961	
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			13			33			39	
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			5			363			174	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			112	154				824	839	
			8.522	10.881	9.564	16.867	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	
			191.637	10.881	800.322	575.255	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	
											93.424	
											57.865	
											37.563	
Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado									
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras	2023	2022	2023	2022
Empréstimos a receber												
Contratos de mutuo - 3% a 100% do CDI												
Blue Sol Participações	Controlada (**)	02/05/2023 a 31/10/2024			55.134							
Blue Sol Participações	Controlada (**)	01/01/2019 a 01/12/2023									174	
Contas a receber (Nota 7)												
Suprimento de energia elétrica												
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046	1.045							9.579	
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046		3.664						37.225	
Central Elétrica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	1							44	
Central Elétrica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	1							51	
Central Elétrica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046								49	
Central Elétrica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046								21	
Central Elétrica Jauá	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046								73	
Central Elétrica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	26							40	
Central Elétrica Srm I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	</								

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado												
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)				
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Central Elétrica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7													
Central Elétrica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7													
Central Elétrica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7													
Central Elétrica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7													
Central Elétrica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7													
Central Elétrica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8													
Central Elétrica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	15													
Central Elétrica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	15													
Central Elétrica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	14													
Central Elétrica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	21													
Central Elétrica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8													
Central Elétrica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	10													
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)																
EDP Renováveis	Parte Relacionada	29/07/2015 a 31/12/2023						18	18	259						
Contrato revenda de carvão																
EDP Espanha	Parte Relacionada	01/05/2022 a 31/12/2022														
				9.627	13.584	717	133	72.902	69.313	1.493	1.474	(16.628)	453.003	894	(433)	
				11.000	17.541	717	55.267	224.333	243.756	163.669	149.576	(351.041)	(319.471)	1.068	(433)	

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

(**) A EDP Smart Soluções, EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18).

(***) Em novembro de 2023, a controlada Energia I aquitou a Blue Sol Participações e, consequentemente, a partir desta data a mesma passa a ser consolidada.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com os de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*), EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG (*).

O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026. Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebraram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a Companhia e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anúncio prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anúncio prévia da ANEEL.

(c) **Contratos de Prestação de serviços**

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio à gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente à operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG (*) no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. A transferência dos ativos do COGT e dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) **Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (**), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (*). O contrato mantiém o critério de rateio regulatório.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anúncio prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de BackOffice tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18.2).

(**) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada (Nota 18.1).

11.1 Controleadora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concederam outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, possuam o benefício de gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2023 da Companhia o montante de R\$361 (R\$2.237 em 2022) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga.

A outorga das ações dos planos III, V e VI foram antecipadas em maio de 2023 devido ao cumprimento do regulamento do plano, referente a OPA (Nota 4.7).

Os demais planos já haviam sido outorgados em seus vencimentos, não restando, portanto, saldos em 31 de dezembro de 2023.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660
ANEEL nº 3.241/23	Ago/23 a Jul/24	25.272
EDP São Paulo		
ANEEL nº 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239
ANEEL nº 3.278/23	Out/23 a Set/24	19.793

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Consolidado				
Saldo em 31/12/2022	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/12/2022	
Subsídio Baixa Renda	26.725	175.923	(159.257)	43.391
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	59.132	381.564	(369.874)	70.822
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.325	8.990	(9.553)	762
Subsídio Rural	17.456	21.756	(28.285)	10.927
Subsídio Irrigante/Aquiculter - Res. nº 414/10	(23.970)	57.599	(48.298)	(14.669)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	7.476	2.029	(7.158)	2.347
Subsídio Distribuição - TUSD fixo	(3.208)	1.369	(1.443)	(3.282)
Subsídio SCEE (MMGD)		3.955	(7.089)	(3.134)
84.936	653.185	(630.957)	107.164	

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Parcela mensal	23.641	18.317	41.958	34.660
Parcela de ajustes homologados	19.572	17.719	37.291	25.596
Parcela de ajustes a homologar	(14.180)	(1.293)	(15.473)	(2.045)
Saldo subsídio baixa renda	14.911	28.478	43.389	26.725
	43.944	63.220	107.164	84.936

16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária - baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de instalações em unidades consumidoras residenciais conectadas à rede de distribuição pelo sistema delta a três fios, alterando a classificação de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento mensal na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando foram identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordo com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009 até 31 de dezembro de 2023, foi restituído o montante de R\$19.550 (R\$19.507 em 31 de dezembro de 2022), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.205 (R\$10.258 em 31 de dezembro de 2022), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada.

Como o acordo com a ANEEL e ARSESP estabeleceu que as restituições seriam realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas no cadastro resultaram em dificuldades intransponíveis para a controlada, com vistas a identificar a atual localização do cliente para efetuar a devolução.

A regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores faturados na condição de baixa renda a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.060 (R\$8.060 em 31 de dezembro de 2022), valor este que, ainda conforme acordo com a ANEEL, deve ser recebido à medida em que as devoluções aos consumidores fossem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Dante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo recalculará o faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, restando o saldo a devolver de R\$10.255, que seja processado no DMR - Diferença mensal de Recelta, da maneira que a controlada EDP São Paulo possa receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica, enquanto que a diferença, no montante de R\$3.107 seria transferida para a conta de modicidade tarifária.

Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à coligada alienada em 31 de dezembro de 2023:

18.1 Coligada Porta do Pecém

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação da participação no investimento da coligada Porto do Pecém. Portanto, a partir de 30 de junho de 2023, por referirm-se a ativos cuja alienação do controle foi considerada altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço, apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

O montante registrado foi mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme nota 4.6.2.

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestatégica (Nota 4.6.4).

Com a conclusão do processo de alienação de 80% da coligada em 22 de dezembro de 2023, o montante de R\$461.631 foi registrado na rubrica de Perda na alienação de investimentos e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$461.631 após ajuste de prego referente a variações da Divida Líquida e de Capital de Giro. Ainda, existe a possibilidade de adicional de preço de alienação com premissas e definições em cenários que, por se trarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam a perda, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Assim sendo, com a conclusão da alienação e consequente perda de controle, de acordo com o CPC 36, a EDP - Energias do Brasil:

(i) desreconhece os ativos e passivos da coligada do balanço patrimonial consolidado, incluindo a reversão da perda por imparidade reconhecida quando da classificação para ativo não circulante como mantido para venda; (ii) procedeu à remensuração da participação restante de 20%, tendo por base o valor da transação, sendo esta participação considerada para o Grupo EDP - Energias do Brasil como uma participação minoritária com influência significativa, dada a natureza da operação entre os compradores e a vendedora; e (iii) reconheceu um prejuízo de R\$44.662 no consolidado.

Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à coligada alienada em 31 de dezembro de 2023:

18.1.1 Balanço patrimonial

ATIVO	Porto do Pecém		Porto do Pecém	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	256.781	1.233.100	62.152	109.270
Concessionárias	170.997	146.796	22.153	
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	22.572	10.652	11.957	17.381
Outros tributos compensáveis	96.639	114.834	10.695	62.249
Títulos e valores mobiliários			453.768	318.289
Estoques	161.178	201.677	5.743	5.425
Outros créditos	25.957	40.424	Outras contas a pagar	15.919
Total do Ativo Circulante	734.114	1.749.425	560.234	558.295
Não circulante				
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	3.392	3.392	23	15
Tributos diferidos	238.631	267.452	Empreéstimos e financiamentos	1.035.946
Cauções e depósitos vinculados	1.950	1.941	Provisões	18.381
Outros créditos	3.799	89	Outras contas a pagar	8.170
247.772	272.874			
Total do Passivo Circulante	560.234	558.295		
Não circulante				
Tributos diferidos			Capital social	508.505
Empreéstimos e financiamentos			Reservas de lucros	413.078
Provisões			Outros resultados abrangentes	(1)
Outras contas a pagar			Prejuízos acumulados	(651.834)
Total do Ativo Não circulante	1.810.223	1.964.177	Total do passivo e patrimônio líquido	2.544.337
Total do Ativo	2.544.337	3.713.602		

A apuração da perda na alienação está demonstrada abaixo:

Nota	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido das controladas na data de venda	932.277	932.277
Reversões de depreciações e amortizações	81.445	81.445
Saldo do Ativo mantido para venda na data da alienação	1.013.722	1.013.722
Resultado da alienação de 80%		
Valor recebido	461.361	461.361
Baixa de 80% do Investimento	(810.978)	(810.978)
Baixa de 80% do Impairment	445.564	445.564
Apuração da mais/(menos) valia	(i)	95.947
Valor Justo	115.340	115.340
Participação societária	(202.744)	(202.744)
Baixa de Impairment - Junho de 2023	111.391	111.391
Apuração da mais/(menos) valia	(ii)	23.987
Transferência de 80% das ações "PNB"	(240.000)	(240.000)
Mais/(Menos) valia total	(iv)	(120.066)
Outros custos	(24.388)	(2.643)
Perda líquida na alienação das participações	(144.454)	(122.709)

(i) Desreconhecimento dos ativos e passivos pela perda de controle na alienação dos 80%;

(ii) Remensuração da participação remanescente a valor justo de 20%;

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

Investimentos	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência (Notas 4.6.3 e 18)	Saldo em 31/12/2023	% Participação direta 31/12/2023	% Participação direta 31/12/2022
EDP São Paulo	982.597			478.302	(322.061)	(33.802)		1.105.036	100,00	100,00	
EDP Espírito Santo	1.369.219			376.627	(114.246)	12.783	17	1.644.383	100,00	100,00	
Lajeado	228.828			163.679	(151.723)			240.801	55,86	55,86	
Lajeado (Mais Valia)	87.494			(2.663)				83.245	55,86	55,86	
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	10.611	42.800		3.351							
EDP Transmissão Aliança	519.116			60.491	(85.129)						
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	399.321			88.706	(28.231)						
EDP Transmissão Norte 2			3.501	1.405	(333)			(459.796)	-	100,00	100,00
Enerpeixe	392.695			5.530	(2.772)				4.573	100,00	-
EDP Trading	389.018			148.961	(39.134)				395.453	60,00	60,00
EDP Smart Energia	58.259			31.683	(22.141)				498.845	100,00	100,00
CEJA	519.145		(100.000)	94.648	(69.178)				67.801	100,00	100,00
CEJA (Mais Valia)	147.901			(6.723)					444.615	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	279.850			(2.009)					141.178	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359			(54)					277.841	50,00	50,00
Porto do Pecém (Nota 18.1)	1.995.413	9.546	(1.363.872)	372.634	(2.139)				1.305	50,00	50,00
Porto do Pecém (Mais Valia)									(898.381)	113.201	20,00
Pecém TM (Nota 4.6.3)	5.432		(5.554)	436	(314)				-	-	50,00
Pecém OM (Nota 4.6.3)	3.705		(3.992)	391	(104)				-	-	50,00
Resende	21.165			(18)					21.147	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	305.210	353.750		(23.370)			769		636.359	100,00	100,00
Mabe									-	50,00	50,00
Celcesc(*)	861.207			192.966	(75.183)	(30.291)			948.699	29,90	29,90
São Manoel	589.126			(9.601)					579.525	33,334	33,334
EDP Ventures	34.178	11.500		(22.819)			48		22.859	100,00	100,00
Santa Leopoldina	186.745	96.500		(46.226)					237.067	100,00	100,00
Energia Solar II	1								1	100,00	100,00
Energia I	1								(1)	-	100,00
Energia II	1								1	100,00	100,00
Direito de Concessão (Nota 19.1.1)	9.387.597	517.597	(1.473.418)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.940)	7.958.413		
Total dos Investimentos	9.450.419	517.597	(1.480.261)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.940)	8.014.392		
Provisão para passivo a descoberto									1	(27.461)	100,00
Energia I									(330)	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(38)								(27.791)		
Investimento líquido	9.450.381	517.597	(1.480.261)	1.878.573	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.939)	7.986.601		

(*) O montante de R\$948.699 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de outubro de 2023.

Investimentos	Saldo em 31/12/2022	Baixas (Notas 4.6.3 e 4.16)	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferência (Nota 4.6.3)	Saldo em 31/12/2023				
EDP - Energias do Brasil											
Celcesc	861.207		192.966	(75.183)		(30.291)	948.699				
Pecém TM (Nota 4.6.3)	5.432	(5.832)	714	(314)							
Pecém OM (Nota 4.6.3)	3.705	(4.074)	473	(104)							
Lajeado	52.833	(5.271)					113.201				
CEJA	519.145	(100.000)	94.648	(69.178)			444.615				
CEJA (Mais Valia)	147.901		(6.723)				141.178				
Cachoeira Caldeirão	279.850		(2.009)				277.841				
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359		(54)				1.305				
São Manoel	589.126		(9.601)				579.525				
EDP Trading							1.498				
BBCE											
EDP Goiás											
Sicob Juriscredcelg	532										
Total dos Investimentos	2.409.755	(109.906)	270.414	(144.779)	(30.291)	113.201	2.508.394				
Provisão para passivo a descoberto											
Energia I							9.368				
Blue Sol (Nota 4.18)	(4.032)										
Mabe	(38)						(330)				
Total de Provisão para passivo a descoberto	(4.070)						9.358				
Investimento líquido	2.405.685	517.597	(1.480.261)	1.878.573	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.939)	7.986.601	122.569	2.508.064

19.1.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 25.1.3).

19.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ativos / Passivos	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social Integralizado	Capital votante	Capital social Integralizado	Capital votante	Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Receitas	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31/12/2023
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	2023	2022
EDP São Paulo	39.091.735	39.091.735				100,00	100,00	100,00	100,00						

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$R\$15.065 em 30 de setembro de 2023 (R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022).

Atualmente aguarda o julgamento.

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos da eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.749 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022). A São Manoel aguarda o julgamento.

20.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

20.1.3.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

São Manoel	CEJA	Cachoeira Caldeirão			
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Responsabilidades com locações operacionais		239		405	
Obrigações de compra					
Compra de Energia		8.121	9.111	60.657	68.080
Encargos de conexão e Transporte de Energia	74				
Materiais e serviços	99.631	90.577	31.657	36.684	34.995
Prêmio de risco - GSF		79.694	79.694		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.075.030	1.113.360	105.745	125.072	328.088
	1.174.735	1.203.937	225.217	250.800	423.740
					449.823

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

São Manoel	CEJA	Cachoeira Caldeirão			
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Responsabilidades com locações operacionais		230		408	
Obrigações de compra					
Compra de Energia		9.248	10.383	70.300	77.551
Encargos de conexão e Transporte de Energia	72				
Materiais e serviços	102.114	91.158	32.443	37.891	36.433
Prêmio de risco - GSF		241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.418.538	1.708.463	117.337	160.618	417.088
	1.520.724	1.799.621	400.644	450.738	523.821
					630.629

20.1.3.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel	CEJA	Cachoeira Caldeirão			
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Caucionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.600.142	1.635.009	396.020	444.724	562.473	579.761
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	305.301	304.976			184.703	203.360
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.					48.556	
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.		823				
Executante construtor	Seguro garantia		823				
Outros	Recebíveis			1.861	2.741	1.175	1.730
		1.906.266	1.940.808	397.881	447.465	796.907	784.851

20.2 Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, tendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como Holding, com duas subsidiárias integradas: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 127,51MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A., que atende mais de 3,3 milhões de clientes, para 285 municípios, além da parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui uma controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023, divulgadas ao mercado em 10 de novembro de 2023; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgadas ao mercado em 29 de março de 2023, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

20.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanço Patrimonial

Ativo	30/09/2023	31/12/2022	Passivo	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	35.664	48.205	Dividendos e JCP a Pagar	219.880	157.602
Tributos a recuperar	56.052	44.331	Obrigações Fiscais	10.050	34.799
Dividendos a receber	241.147	209.296	Outros passivos circulantes	4.378	3.974
Outros ativos circulantes	686	623		234.308	196.375
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	208	217	Provisões	34.384	25.453
Outros ativos não circulantes	86.777	77.443	Outros passivos não circulantes	268	
	86.985	77.660		34.652	25.453
Investimentos	3.031.850	2.720.813	Patrimônio líquido	3.187.480	2.883.176
Imobilizado	495	138	Total do passivo e patrimônio líquido	3.456.440	3.105.004
Intangível	3.561	3.938			
Total do Ativo	3.456.440	3.105.004			

Demonstração do Resultado

	30/09/2023	30/09/2022		31/12/2022
Despesas e Receitas operacionais				
Resultado das participações societárias		(16.550)	(12.489)	
Resultado financeiro		490.913	454.942	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos			(5.748)	
Resultado líquido do exercício			(523)	(87)
			468.072	437.190

20.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Não circulante

	30/09/2023	31/12/2022		Ativo

<tbl_r cells="5" ix="2" maxcspan="1" maxrspan="1

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço		Baixas	Valor líquido em 31/12/2023
			Depreciação (Nota 24.2.2)	Reversão		
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.541			(1.922)		17.619
Máquinas e equipamentos	5.743			245 (1.495)		4.493
Veículos	222			(76)		146
Móveis e utensílios	4.803			14 (417)		4.400
Total do Imobilizado em serviço	30.309	-		259 (3.910)	-	26.658
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.984	3.198		(1.276)	(156)	13.750
Veículos	4.758			(1.190)		3.568
Total Ativos de direito de uso	16.742	3.198		(2.466)	- (156)	17.318
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	769	10.678		(35)		11.412
Máquinas e equipamentos	12.690	1.912		(224)	(6.100)	8.278
Total do Imobilizado em curso	13.459	12.590		(259)	- (6.100)	19.690
Total do Imobilizado	60.510	15.788		(6.376)	(6.100) (156)	63.666

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transferência para imobilizado em ativo financeiro		Baixas	Valor líquido em 31/12/2023
			de concessão	Indenizável	Depre- ciação	Aquisição
Imobilizado em serviço						
Terrenos	187.045		(133)		(10.318)	(7.703)
Reservatórios, barragens e adutoras	1.163.924		1.199	(44.553)		1.120.570
Edificações, obras civis e benfeitorias	683.440		4.938	(39.854)	(201.167)	10.551
Máquinas e equipamentos	2.037.134		146.226	(186.288) (4.597)	(1.239.446) (700)	644 458.552
Veículos	2.095		379	(662)	(257)	242 1.797
Móveis e utensílios	10.613		462	(471)	(250)	857 9.829
Total do Imobilizado em serviço	4.084.251	-	153.071	- (271.828) (15.165)	(1.449.435)	9.331 - 1.808 2.512.033
Ativos de direito de uso						
Terrenos	32.289	4.319		(935)		(6.158)
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.706	990		(9.194)	746	(865)
Equipamentos de informática	16.384			(5.015)		(11.369)
Máquinas e equipamentos	1.275					275
Veículos	9.575	2.111		(3.375)	(920)	(755)
Total Ativos de direito de uso	125.229	7.420	-	- (18.519)	(174)	(12.989) - (5.907) 1.260 96.320
Imobilizado em curso						
Terrenos	19.836	236		133		
Reservatórios, barragens e adutoras	-	1.199		(1.199)		
Edificações, obras civis e benfeitorias	852	12.775		(4.973)		2.829
Máquinas e equipamentos	141.738	52.461		(100.362)	(6.100)	48.613
Adiantamento a fornecedores	3.328				(1.104)	149
A reatar	1.326				(400)	926
Outros	43.077	12.567		(848)	(2.089)	(26.323) (12.297)
Total do Imobilizado em curso	447.410	410.225		- (153.071)	(174)	(68.450) (9.120) - 618.421
Total do Imobilizado	4.656.890	417.645	-	- (290.347) (23.912)	(1.530.874)	211 (5.907) 3.068 3.226.774

24.2.1 Ingressos

O valor de ingressos no consolidado refere-se, substancialmente, em máquinas e equipamentos: (i) R\$15.781 da controlada EDP Smart Serviços relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (ii) R\$205.761 da controlada indireta EDP Smart SPE V concernente ao avanço das obras dos projetos de geração distribuída; (iii) R\$133.413 nas trezes controladas indiretas SPEs (Nota 1.1) relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (iv) R\$12.614 da controlada Enerpeixe referente aos gastos com a modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da usina e com gastos de estruturas civis para adequação à nova legislação de segurança de barragens.

24.2.2 Baixas

O valor de baixas no Consolidado, refere-se: (i) à Companhia e decorre dos gastos com os projetos descontinuados das controladas Santa Leopoldina, Resende e perdas com leilões de transmissão; e (ii) na coligada Pecém referente a máquinas e equipamentos.

25 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da coligada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

25.1 Composição do Intangível

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa anual média de amortização %	Custo	Amortização	Valor líquido de amortização %	Custo	Amortização
Intangível em serviço						
Administração						
Software	20,00	49.351	(34.846)	14.505	20,00	39.899
Total do Intangível em serviço		49.351	(34.846)	14.505		39.899
Intangível em curso						
Administração						
Software	49.707		49.707		45.268	45.268
Total do Intangível em curso		49.707	- 49.707		45.268	- 45.268
Total do Intangível		99.058	(34.846)	64.212	85.167	(29.112) 56.055

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Taxa anual média de amortização %	Custo	Amortização	Taxa anual média de amortização %	Custo	Amortização
Intangível em serviço						
Software	24.056			10.787	61.270	(17.124)
Serviço permanente	1.740				(284)	(728)
Total do Intangível em serviço		24.056	1.740	10.787	61.270	(17.124)
Intangível em curso						
Software	24.298				45.268	(9.452)
Total do Intangível em curso		24.298			45.268	(9.452)
Total do Intangível		24.298		10.787	61.270	(17.124)

	Controladora					

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado							
												31/12/2023				31/12/2022			
												Encargos	Principal	Encargos	Principal	Total	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	5.742	133.662	29.792	169.196	6.791	82.239	112.463	201.493	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)					Amortização mensal		(271)	(103)	(374)			(807)	(807)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	12.720	300.000		312.720	10.267	300.000	310.267		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal		(55)		(55)		(268)	(268)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	8.833		580.539	589.372	8.586	577.179	585.765		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal		(2.883)	(2.883)			(4.796)	(4.796)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral	24.612		400.000	424.612	26.575	400.000	426.575		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal		(554)	(554)			(904)	(904)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral	3.089		270.000	273.089	3.760	270.000	273.760		
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(570)	(570)			(806)	(806)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	18.063	206.041	14.054	238.158	19.513	178.670	140.404	338.587	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal		(734)	(138)	(872)			(1.138)	(1.138)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	4.700	200.000		204.700	6.825	200.000	206.825		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal		(44)		(44)		(215)	(215)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral	14.622		817.617	832.239	14.393	750.932	765.325		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal		(991)	(991)			(1.615)	(1.615)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral	20.914	116.668	233.333	370.915	22.649	350.000	372.649		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal		(266)	(223)	(489)		(798)	(798)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral	1.330	150.000	300.000	451.330	2.002	450.000	452.002		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal		(1.017)	(1.017)			(1.479)	(1.479)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral	5.149		450.000	455.149	6.267	450.000	456.267		
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal		(917)	(917)			(1.237)	(1.237)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	15ª emissão em 15/09/2023	15/09/2023 a 25/09/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2026 e juros semestral	17.273		600.000	617.273			-	-	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.347)					Amortização mensal		(950)	(950)			-	-		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016; IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral	3.064	22.260		25.324	3.571	18.800	26.013	48.384	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal		(27)		(27)		(63)	(28)	(91)	
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	2.689	150.000		152.689	901	150.000	150.901		
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal		(99)		(99)		(296)	(296)		
Pentágon S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	1.749		200.000	201.749	4.327	200.000	204.327		
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal		(290)	(290)			(494)	(494)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instr																	

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado										
										31/12/2023				31/12/2022						
										Encargos		Principal		Encargos		Principal				
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	23.207		200.000	223.207	21.211		200.000	221.211		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir setembro/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.802		50.000	55.802	2.175		50.000	52.175		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. a partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.147		250.000	254.147	4.728		250.000	254.728		
BNDES / Nº 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a. ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2035, apurado anualmente em Dezembro.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022, após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	263		11.068	61.521	72.852		-	-	-	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.						-	5.825		50.000	55.825
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	439		25.000	25.439			-	-	-	
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação			(378)	(2.031)	(2.409)		-	-	-		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Sem garantia	13.090		600.000	613.090			-	-	-	
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	304		5.664	27.386	33.354	379	4.853	33.037	38.269	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(48)	(271)	(319)		(45)	(323)	(368)		
CCB BRASIL -511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	18		411	2.398	2.827	32	411	2.808	3.251	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(7)	(41)	(48)		(7)	(50)	(57)		
CCB BRASIL -511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	30		674	3.931	4.635	53	674	4.607	5.334	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(10)	(61)	(71)		(10)	(73)	(83)		
CCB BRASIL -511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		720	4.202	4.950	56	720	4.922	5.698	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(9)	(55)	(64)		(9)	(68)	(77)		
CCB BRASIL -511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		731	4.263	5.026	57	731	4.993	5.781	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(10)	(56)	(66)		(10)	(69)	(79)		
CCB BRASIL -511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26		571	3.618	4.215	48	571	4.190	4.809	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação			(7)	(46)	(53)		(7)	(55)	(62)		
CCB BRASIL -511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	54		1.201	7.604	8.859	100	1.201	8.805	10.106	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação			(15)	(96)	(111)		(15)	(115)	(130)		
CCB BRASIL -511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até junho/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		633	4.065	4.726	53	633	4.636	5.322	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação			(7)	(46)	(53)		(8)	(60)	(68)		
CCB BRASIL -511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42		948	6.248	7.238	82	993	7.227	8.302	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação			(12)	(92)	(104)		(14)	(109)	(123)		
Empréstimos diversos	Blue Sol	16.501	a partir de 01/03/2022	16.401	01/03/2022 a 31/05/2027	Capital de Giro	de 31,21% a.a. até 18,86% a.a. e CDI + 10,95% a.a. até CDI + 7,00% a.a.		Principal e juros mensais	Direito Creditórios e conta vinculada			13.917		13.917			-	-	
Total moeda nacional											187.861	22.428	1.567.765	223.113	2.001.167	134.12				

(II) O EBITDA Ajustado significa o resultado antes das despesas financeiras, impostos, operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iii) Equivalente ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (N1N-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.
 (iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.
 (v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros).

(v) Referentes às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pelo controlador indireto Investoso no montante original de R\$ 175.333,00, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoso, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na d

classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$105.629 (R\$111.120 em 2022).

brasil.edp.com [continua...](#)

• The *liver* is the largest glandular organ in the body.

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas EDP Smart Serviços e Santa Leopoldina, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo de data de 31 de dezembro de 2023, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia e de suas controladas faz o acompanhamento das cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$2.048.525 (R\$3.648.650 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$3.255.376 (R\$3.948.651 em 31 de dezembro de 2022).

28.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		
Circulante	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Juros provisionados
Principal	-	600.000	600.000
Juros	-	13.090	13.090
Consolidado	-	13.090	613.090

	Transferência para Passivo							
Circulante	Valor líquido em 31/12/2022	Juros Paga- provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste do custo de monetária	Aquisição de empresas	Mantido para Venda	Valor líquido em 31/12/2023
Principais	1.532.869	863.867 (3.189.967)	3.398.925 (2.413) (8.902)	(56.596)	13.917 (374.483)	2.177.217 (46.043)	228.773	
Juros	150.115	(443.250)	470.663 112.879 (15.591)					
Custo de Transação	(4.872)	(426)	(17.302)	12.239	(56.596)	13.917 (410.988)	2.405.167	
Não circulante	1.678.112	863.441 (3.633.217)	470.663 3.494.502 (18.004) (8.902)	(9.937)	1.573.933 1.763.969 (48.773)	22.428		
Principais	3.029.963	613.700	(3.398.925) (88.627)	43.862	(9.937)	1.573.933 1.763.969 (48.773)	22.428	
Juros	104.626		102.418 (112.879) (22.964)					
Custo de Transação	(7.508)	(22.842)	17.302			10.194 (2.854)		
Total	3.127.081	590.858	- 102.418 (3.494.502) (111.591)	43.862	- (9.937)	- 1.535.354 1.783.543		

28.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado		
Circulante	Nacional	Estrangeira	Total
2024	2.052.335	352.832	2.405.167
Não circulante	2.052.335	352.832	2.405.167
2025	81.677	1.538.002	1.619.679
2026	16.490	16.490	
2027	25.047	25.047	
2028	30.976	30.976	
2029 até 2032	86.492	86.492	
2034 até 2036	4.859	4.859	
Total	245.541	1.538.002	1.783.543
	2.297.876	1.890.834	4.186.710

29 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo à Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendendo a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Atuário Projeto, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando uma taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torna superávitário e existe a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada indireta EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdências (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enevpre, é paritária entre a controlada e os participantes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado		
Circulante	Não circulante		
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
55.500	36.839	171.328	172.698
202	202	15	
44.927	42.378	562.087	526.339
83	147	207	413
Total	100.712	79.566	733.637
			699.450

29.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enevpre, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastradas no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos. Os planos da controlada EDP Goiás são administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

29.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

Os planos estão estruturados na modalidade "Salgado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salgado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enevpre, é paritária entre a controlada e os participantes.

• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enevpre, é paritária entre a controlada e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implementado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda vitalícia ou financeira, reversível (ou não) em pensão, é não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo.

A EDP São Paulo contribui para estes grupos de custeio, no exercício com o montante de R\$1.122 (R\$1.160 em 2022).

EDP Espírito Santo

• Plano Escelos II estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

• Plano Escelos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado parcialmente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerar responsabilidade atuarial à EDP Espírito Santo. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a EDP Espírito Santo.

EDP Goiás

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A EDP Goiás tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da EDP Goiás na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário, a EDP Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da EDP Goiás possuem as seguintes características:

(i) CelPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que não mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelPrev.

(ii) Eletra01 - Grupo de Custe

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

Nota	EDP Espírito Santo		Investco	
	2023	2022	2023	2022
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente			1.305	1.660
Custo dos juros	36		53.986	49.278
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado			55.291	50.938
Remuneração do valor líquido do passivo de benefício definido			167	178
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(1.047)	20.103	18 (271)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		30.646	(40.775)	(77) (76)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		29.599	(20.572)	(59) (347)
Total		84.890	30.366	108 (169)

29.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP Espírito Santo				Investco			
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Participantes assistidos	4	4	60	81	55	76	931	883
Aposentados e pensionistas		2.667	2.711	1.342	1.337	34	33	
Total	4	4	2.727	2.792	1.397	1.413	965	916

29.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	EDP Espírito Santo				Investco			
	Assistência Médica	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica	Assistência Médica	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Analise de sensibilidade	504.442		12.122	92.126	1.275			

Presupostos Centrais

Taxa de desconto

Aumento em 0,5%

Redução em 0,5%

Mortalidade

Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real

29.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	EDP Espírito Santo			
	2023			
Económicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,48% a.a.	9,5% a.a.	9,5% a.a.	9,54% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	9,71% a.a. em 2023, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2032;	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	10.267	88.116
Inflação	3,5% a.a.	Custos médicos: 3,5% a.a.	527.955	1.215
Fator de envelhecimento	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	12.545	96.930
Demográficas	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de mortalidade de inválidos				
Tábua de entrada em invalidez				

	EDP Espírito Santo			
	2022			
Económicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,88% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031;	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	10.267	88.116
Inflação	3,5% a.a.	Custos médicos: 3,5% a.a.	527.955	1.215
Fator de envelhecimento	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	12.545	96.930
Demográficas	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de mortalidade de inválidos				
Tábua de entrada em invalidez				

	EDP Espírito Santo			
	2023			
Económicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,88% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	9,71% a.a. em 2023, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031;	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	10.267	88.116
Inflação	3,5% a.a.	Custos médicos: 3,5% a.a.	527.955	1.215
Fator de envelhecimento	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	12.545	96.930
Demográficas	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de mortalidade de inválidos				
Tábua de entrada em invalidez				

30 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

	Consolidado			
	Saldo em Nota 31/12/2022	Adições	Atualização Monetária	Transferências para aposentadorias
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	30,1	53.785	120.542	3.702
Conta de desenvolvimento energético - CDE	30,2	21.429	1.895.239	(1.876.195)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		6.330	25.543	(27.661)
Encargos tarifários (ECEI / EAEEE)		31.454	3.131	31.450
Bandeiras tarifárias (CCRBT)		2.670	29.109	(29.712)
Outros encargos		3.445	2.972	(328)
Total		112.537	2.070.433	3.702 (2.069.249)
Circulante		110.439	2.098	110.435
Não circulante				3.689

30.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia e suas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e suas controladas e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.1.2 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Smart Serviços

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

32.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discutem suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplimentos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$85.770 (R\$73.248 em 31 de dezembro de 2022).

Investe

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 32.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$85.227 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022). A redução refere-se, principalmente, à decisão favorável à Companhia em um processo de ação indenizatória de mineração, que foi estimado em R\$34.383 em dezembro de 2022.

EDP Espírito Santo EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontra-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$151.283 (R\$129.197 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$339.954 (R\$290.324 em 31 de dezembro de 2022).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra a da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão do recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$28.237 (R\$24.114 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$31.130 (R\$26.738 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL, compõe-se de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia - ASERRED - MPA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$41.297 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAAE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período do congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, foram provados, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce entrou com interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$33.126 (R\$28.290 em 31 de dezembro de 2022).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 00187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condene seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemoen Bank, polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemoen Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condene-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Banco Brusco, atual Banco Brusco, na qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemoen Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemoen Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação imprudente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$138.066 (R\$117.909 em 31 de dezembro de 2022).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos atos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §§3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Ingressados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advogados.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram indefidamente, razão pela qual interpuaram os competentes Agravos de Instrumento e Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguiram conclusos com o Ministro Relator para julgamento. Houve uma redução no valor, uma vez que o acórdão da Apelação, que inicialmente reformou a sentença, reduziu a multa para 1/3 do valor inicialmente arbitrado. Quanto ao risco, o REstj da controlada provido para determinar o retorno dos autos ao TJSF para julgar a Apelação de acordo com o entendimento do STF, favorável à EDP São Paulo (inconstitucionalidade da Lei Municipal, que fundamentou a anulação da concessão da Concessão). O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$16.124 (R\$106.610 em 31 de dezembro de 2022).

32.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magista Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$25.072 (R\$23.989 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema de consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$40.609 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022) para a EDP São Paulo e R\$164.520 para a EDP Espírito Santo (R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de Infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$142.408 (R\$129.066 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos ICMS utilizados pela companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$141.364 (R\$132.741 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão das contas de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários fixados, a EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditoamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em Dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de creditalmento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$12.750 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão do encerramento com êxito, de um dos processos judiciais. Os demais casos, a EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2023 o valor é de R\$11.491 (R\$10.646 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$38.944 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditoamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em Dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de creditalmento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$12.750 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão do encerramento com êxito, de um dos processos judiciais. Os demais casos, a EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS dos períodos de 1993 a 1995, em litígio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da multa trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1856-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entender-lhos indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmada parcialmente o direito à multa, excludo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$81.313 (R\$79.266 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo aguarda julgamento.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$93.943 (R\$134.301 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da alteração de risco para remoto de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras, em razão de decisões favoráveis. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$15.972 (R\$14.631 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Processo administrativo relativo à homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PPT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$18.353. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$40.609 em 31 de dezembro de 2023 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.620 (R\$13.327 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa de ofício de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de PIS e COFINS, referente ao período de 2014 e 2015, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15.570. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, referente à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.253. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, tiveram jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590
Plano de remuneração II	agosto/2017	27.747	14,26	396
Plano de remuneração III	junho/2018	83.240	13,75	1.144
Plano de remuneração IV	julho/2019	57.892	18,68	1.081
Plano de remuneração V	julho/2020	71.256	16,71	1.191
Plano de remuneração V	julho/2020	12.000	16,71	201
Plano de remuneração VI	agosto/2021	71.645	18,69	1.339
Total		367.893		

Planos	Data da aquisição	Plano de incentivo		Plano de retenção	
		Quantidade de ações em 31/12/2022	Baixa Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2022	Baixa Exercidas
Plano de remuneração III	31/12/2022	66.743	(3.270) (63.473)	-	139.138 (12.727) (126.411)
Plano de remuneração IV	3.445	(3.445)	-	10.176 (10.176)	-
Plano de remuneração V	33.32.3	92.631 (10.387) (82.244)	-	133.074 (11.968) (121.106)	-
Plano de remuneração VI	33.32.4	107.004 (10.440) (92.564)	-	159.295 (29.849) (129.446)	-
Total		269.823 (31.542) (238.281)		441.683 (64.720) (376.963)	

33.3.2.2 Plano de remuneração III

Para o Plano de remuneração III foram concedidas aos beneficiários 189.884 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.3 Plano de remuneração V

Para o Plano de remuneração V foram concedidas aos beneficiários 203.350 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.4 Plano de remuneração VI

Para o Plano de remuneração VI foram concedidas aos beneficiários 222.010 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício refere-se, principalmente: (i) R\$500,00 decorrente do cancelamento da efetivação do aumento de capital da Companhia, conforme deliberado em AGO-E; e (ii) R\$19.099 decorrente do cumprimento do regulamento da OPA (Nota 3.1).

33.3.4 Dividendos adicionais propostos

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituida conforme IPC-C 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O montante de R\$152.457 deliberado na AGO-E da Companhia foi pago em maio de 2023 (Nota 14).

33.3.5 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(546.220)	(50.476) (596.696)	(546.220) (50.476) (596.696)
33.4 Ações em tesouraria			

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 07 de março de 2023 a Companhia comunicou ao mercado o encerramento do Programa de Recompra (Nota 4.8).

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Companhia recuprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do Programa de Recompra.

33.5 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.164.240 (R\$1.169.848 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 19.1).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é composta por: (i) R\$565.738 correspondente à Lajeado; (ii) R\$387.706 correspondente à Investco; (iii) R\$265.859 correspondente à Enerpeixe; e (iv) R\$55.773 correspondente à EDP Transmissão Aliança.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

Investido	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	Total
120.577	121.475	384.550	222.299	848.901
(6.874)	(4.710)	61.225	(3.294)	36.347
(111.445)	(78.781)	(354.314)	(239.209)	(783.839)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.258	27.894	91.461	(20.204) 101.409

O saldo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletronorte, conforme detalhado abaixo.

33.6 Partes beneficiárias

A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletronorte.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumple com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando distribuídos aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

34 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigatoriedade de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• Fornecimento - Faturado: São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa edição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado: São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cátivos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• Não faturado: Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizada e a tarifa vigente.

• Resultados de ativos financeiros setoriais: É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstas na tarifa vigente pela ANEEL.

• Suprimento - Faturado: Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• Receita de construção: O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem neta de construção assim classificada conforme a aplicação do CPC 10 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de consumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em emparcipada a Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 35).

• Subvenções vinculadas ao serviço concedido: É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• Arrendamentos e aluguel: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

• Geração: • Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Consolidado						Nota	Controladora		Consolidado	
	Custos		Despesas operacionais					2023		2023	
	Com energia elétrica	Produção	Da operação	De prestação a terceiros	PECLD	Administrativas	Outras	Total		2022	
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	6.916.376						6.916.376			
Encargos de uso da rede elétrica	35.2	1.290.764						1.290.764			
Custo da matéria prima consumida	35.3		318.786					318.786			
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(3.269)						(3.269)			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.4		440.573	6.783	203.426			650.782			
Material			48.994	13.268	8.269			70.531			
Serviços de terceiros	35.5	336.852		10.957	235.876			583.685			
Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviços	35.6	287.652	4.815		39.462	1.204.486	1.536.415				
Depreciação - Ativos de direito de uso		4.655			8.563		13.218				
Amortização		258.701	400		174.825	78.665	512.591				
PECLD / perdas líquidas				159.814			159.814				
Provisões civis, fiscais e trabalhistas					52.637	52.637					
Arendamentos e aluguel		5.869	(45)		(695)		5.129				
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							133.527	133.527			
Custo com construção da infraestrutura	22			1.987.620				1.987.620			
Outras		5.200	608	45.346	73.028		46.808	10.910	181.900		
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	716.534	1.480.225	14.410.506		
3.1 Energia elétrica comprada para revenda											
Contratos de compra de energia por disponibilidade											
Contratos de compra de energia por quantidade											
PROINFA											
Contratos de compra de energia por cotas											
Energia de curto prazo											
Energia de Itaipu Binacional											
Encargo de Energia de Reserva - EER											
Encargos de Serviço do Sistema - ESS											
Contratos de comercialização de energia											
Outros											
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER											
(-) Créditos de PIS/COFINS											
35.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade											
O aumento observado no montante de compra de energia por disponibilidade refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido-se, principalmente, ao reajuste na receita de venda dos contratos por disponibilidade e início de suprimento das usinas do 26º Leilão de Energia Nova em janeiro 2023, associado ao aumento dos custos relativos as exposições dos vendedores ao mercado de curto prazo da CCEE, que são assumidos pelos compradores participantes dessa modalidade de contrato.											
35.1.2 Contratos de compra de energia por cotas											
A redução observada no montante de compra de energia por cotas refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e decorre das condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas e aumento da produção das hidrelétricas, associado à descolonização das usinas da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE após a privatização.											
35.1.3 Energia de curto prazo											
A redução observada na rubrica de energia de curto prazo refere-se, principalmente, as controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente do encerramento em 2022 das sessões de compra no MCSD de Energia Nova e de Operações de MVE.											
35.1.4 Energia de Itaipu Binacional											
A variação decorre, substancialmente, das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, principalmente, à redução na tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional que foi de US\$ 16,19/kW ao mês em 2023 (US\$24,73/kW ao mês em 2022), associada à redução dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica, quando comparado a 2022.											
35.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER											
O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. Nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no exercício de 2023, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas.											
35.1.6 Encargos do Serviço do Sistema - ESS											
A redução da ESS no exercício deve-se, principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando o custo da ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN, nos primeiros meses de 2022.											
35.1.7 Contratos de comercialização de energia											
A variação refere-se à controlada EDP Trading que apresentou uma redução nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão da melhora do cenário hidrológico atual, quando comparado ao exercício de 2022.											
35.1.8 Outros											
A variação do saldo observado na rubrica refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo decorrente da cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22.											
35.2 Encargos de uso da rede elétrica											
O aumento no exercício deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa TUST na controlada EDP São Paulo, que passou por revisão tarifária do agente regulador em julho de 2023.											
35.3 Custo da matéria prima consumida											
A redução na rubrica refere-se, substancialmente, à coligada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque da venda de carvão em maio de 2022 e da provisão de perda estimada na realização dos estoques em 2023.											
35.4 Pessoal e Administradores											
Pessoal											
Remuneração											
Encargos											
Previdência privada - Corrente											
Despesas rescisórias											
Participação nos Lucros e Resultados - PLR											
Outros benefícios - Corrente											
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial											
(-) Créditos de tributos recuperáveis											
Outros											
Pessoal											
Administradores											
Honorários e encargos											
Benefícios dos administradores											
35.5 Serviços de terceiros											
Serviços de consultoria											
Serviços comerciais											
Serviços de manutenção											
Serviços de limpeza e vigilância											
Serviços de informática											
Serviços de publicação e publicidade											
Serviços de transporte											
Serviços Compartilhados											
(-) Crédito de PIS/COFINS											
Outros											
35.6 Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço											
A variação na rubrica de Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço na controladora e consolidado refere-se, principalmente pelo impacto de R\$577.195, decorrente da redução ao valor recuperável do ativo não circulante mantido para venda referente à coligada Porto do Pecém, conforme CPC 31 que, em regra geral, determina que a Companhia deve avaliar os ativos classificados como mantidos para venda pelo menor entre o valor contábil e o valor justo líquido de custos de venda (Notas 4.6.2 e 18.1).											
36 Resultado financeiro											
36.1 Receitas financeiras											
Juros e variações monetárias											
Renda de aplicações financeiras e cauções		</									

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.1.1.1 Contrato de compromisso futuro

Em 2023, a Companhia e suas controladas alteraram a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).

39.1.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

39.1.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

39.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Dépósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 28), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou

informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

39.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e às controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e suas controladas:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

39.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Companhia	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Controladora		Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
							31/12/2023	2023								
NDF																
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	75.020	430.879			-			(8.918)		(8.918)		(8.918)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255			-			1.427		1.427		1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255			-			1.427		1.427		1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255			-			1.427		1.427		1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255			-			1.427		1.427		1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537			-			1.605		1.605		1.605
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537			-			1.605		1.605		1.605
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8000	8.471	49.131	(4.132)	(4.132)	(4.132)							
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,845	15.024	87.816	(14.889)	(14.889)	(14.889)							
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,925	4.866	28.832	(5.110)	(5.110)	(5.110)							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,80	924	5.359	947	947	947							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	7.916	46.268	7.845	7.845	7.845							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	6.199	36.233	6.143	6.143	6.143							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	909	5.315	901	901	901							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	2.202	12.951	2.238	2.238	2.238							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	932	5.481	947	947	947							
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,9250</												

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Patrimônio Líquido	Efeito no resultado			Saldo em 31/12/2023
				Juros provisionados	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	
Swap							
Risco de taxa de juros e moeda							
Empréstimos	(4.545)	(403)		4.648	300	-	-
Debêntures	(9.411)	(158.453)		140.742	(120.894)	(148.016)	
Risco cambial							
Empréstimos	255.084	(314.317)		165.651	5.501	52.641	164.560
	241.128	(473.173)		311.041	5.501	(67.953)	16.544
Hedge de fluxo de caixa							
Risco de taxa de juros e moeda							
NDFs	1.222	(17)	(1.165)			40	
Risco cambial							
NDFs	1		(1)			-	-
Total	1.223	(17)	(1.166)			40	
39.1.3.1 Contratos de swap							
Os contratos de swap são utilizados como <i>hedge</i> , com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.							
Santa Leopoldina							
Em 14 de janeiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024. Essa operação foi liquidada antecipadamente.							
Em 1º de fevereiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).							
Em 8º de dezembro de 2023, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em USD do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.							
EDP Espírito Santo e EDP São Paulo							
Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultados para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.							
Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). O swap foi declarado como <i>hedge</i> de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.							
EDP Smart Serviços							
Em 06 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28). A controlada liquidou o derivativo no dia 29 de março de 2023.							
EDP Espírito Santo							
Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).							
Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).							
Em 29 de novembro de 2023, a companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como Swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 16).							
39.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting							
Os contratos de NDFs - <i>hedge accounting</i> são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como cobertura são registrados como para negociação.							
EDP Smart Serviços							
Desde 2020, a controlada adotou metodologia de <i>hedge accounting</i> , registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de <i>hedge accounting</i> classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é uma parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.							
39.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)							
Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:							
(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;							
(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;							
(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;							
(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de <i>hedge accounting</i> ;							
(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.							
• Cobertura de fluxos de caixa							
A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.							
Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.							
Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado no Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.							
• Efetividade							
Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecido no resultado no momento em que ocorre.							
39.2 Gestão de riscos							
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).							
Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretórias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.							
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia e suas controladas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.							
O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia e suas controladas. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal).							
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo contínuo que geram visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.							
39.2.1 Risco de mercado							
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.							
As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 27 e 28, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, principalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.							
Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.							
Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP, os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.							
As controladas Santa Leopoldina, EDP Espírito Santo e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira; entretanto, possuem derivativos de swap e NDF com o objetivo de <i>hedge</i> econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.							
As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.							
A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.							
A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é</							

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) no ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobre e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos poderiam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sous contratações foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº 109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobre de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais.

Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2018 em diante.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária.

Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2,5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2023, atefou negativamente os resultados da EDP Espírito Santo em R\$14.870 e da EDP São Paulo em R\$65.145.

No exercício de 2023, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 10,00MWhm ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 23,27MWhm ao preço médio de R\$69,84/MWh para controlada EDP São Paulo.

39.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures com cláusulas restritivas(covenants) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 27 e 28. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 40.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratadas são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia e suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nesses recebíveis.

39.2.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCC

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R\$2.067.691 (R\$812.420 positivo em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado foi negativo em R\$329.661 (R\$1.151.942 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCC negativo deve-se, principalmente, à previsão de liquidação para o 1º trimestre de 2024 do seu Empréstimo da Lei 4.131, e da sua 4ª Emissão de Debêntures para o 2º Trimestre de 2024, além da liquidação dos Empréstimos e financiamentos e das Debêntures, da controlada Santa Leopoldina, no 1º trimestre de 2024 (captados para a aquisição via leilão de privatização da EDP Goiás, concluído em 07 de fevereiro de 2022), dos quais as debêntures já foram postergadas e nova emissão de empréstimo é foi captada, para fazer frente aos vencimentos (conforme apresentado nos quadros de empréstimos e financiamentos e eventos subsequentes), além da previsão de liquidação das Debêntures da 8ª emissão da controlada EDP Espírito Santo para o 2º trimestre de 2024 e da 10ª emissão de debêntures e da 5ª Emissão de Notas Promissórias da controlada EDP São Paulo para o 1º e 2º Trimestre de 2024, respectivamente. A Companhia entende que tais vencimentos poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação de suas controladas, rotação de ativos, refinanciamento de dívidas e/ou captações de recursos externos.

39.2.2.3 Risco hidrológico

Geracional

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas à um risco com base no PLD, gerando um despendido com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no AACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonabilização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hidráulica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionalização de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do despacho das usinas termodinâmicas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionalização, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconómicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a garantir o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

39.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cai dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regrada integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia e suas controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, call centers, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feiras para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no AACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e maiores liquididades serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelecem condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's e Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AAA	1.725.918	939.817	3.025.819	3.930.949
AA	28	30.972	22.028	
A	62	56		
	1.725.918	939.845	3.056.853	3.953.033

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cl

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

41 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia elétrica e Clientes.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

41.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócios definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmento.

A coluna "Holding" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

41.1.1 Demonstração do Resultado

	2023							
	Distribuição	Comercialização	Geração	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Total
Recetas	11.197.048	2.001.546	3.046.909	671.819	1.814.024	5.667	-	(944.384)
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	(5.915.030)	(233.631)	(2.882.173)	(512.862)		940.508	(8.603.188)	
Custo da produção de energia elétrica	(107.232)		(26.029)				(133.261)	
Custo de operação	(1.036.767)	(397.318)	(9.038)	(43.009)	(79.132)		(1.565.264)	
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.669.761)		(129)	(20.917)	(555.068)	(2.630)	(2.248.505)	
Lucro bruto	2.575.490	1.263.365	155.569	69.002	1.179.824	5.667	(2.630)	940.508
Despesas e Receitas operacionais	(158.719)	(1.311)	(158)	(899)	(148)			(161.235)
Despesas com vendas	(288.887)	(83.489)	(13.379)	(53.224)	(36.996)	(154.089)	(3.390)	17.383
Despesas gerais e administrativas						(144.454)	(13.078)	21.745
Ganho na alienação de investimento						(98.088)	(135.787)	
Outras Despesas e Receitas operacionais	(189.906)	(2.980)	1.232	14	(153.120)	(616.589)	(26.739)	(1.901.181)
Resultado das participações societárias	76.261		98.330			1.878.573	173.371	(1.961.749)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.937.978	1.251.846	241.594	14.893	989.560	696.108	127.534	(1.926.497)
Resultado financeiro								3.606.016
Recetas financeiras	268.335	228.016	12.143	10.027	55.151	143.018	72.706	(63.651)
Despesas financeiras	(1.038.911)	(510.030)	(91.634)	(10.997)	(417.442)	(38.821)	(371.182)	63.651
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.167.402	969.832	162.103	13.923	627.269	1.073.305	(170.942)	(1.926.497)
Tributos sobre o lucro								1.916.395
Imposto de renda e contribuição social correntes	(184.639)	(196.501)	(21.473)	(6.502)	(25.662)			(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127.834)	(37.869)	8.330	890	(111.698)	99.280	74.434	(2.044)
Resultado líquido do exercício	854.929	735.462	148.960	8.311	489.909	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)
Atribuível aos acionistas controladores	854.929	529.656	148.960	8.311	483.193	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)
Atribuível aos acionistas não controladores	205.806					6.716		212.522
	2022							
	Distribuição	Comercialização	Geração	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Total
Recetas	10.681.181	2.729.687	3.314.744	552.635	1.513.084	4.400	-	(1.508.076)
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(316.534)	(306.832)		1.497.327	(8.209.071)	
Custo da produção de energia elétrica	(286.087)		(33.307)				(319.394)	
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)		(14.28.642)	
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)	4.283	(2.096.826)	
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	1.518.032
Despesas e Receitas operacionais	(158.836)	(162)	(531)	(285)				(159.814)
Despesas com vendas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	65.574
Despesas gerais e administrativas						(326.252)		326.252
Ganho na alienação de investimento	(159.924)	(83.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(433.533)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	(145.090)	(10.101)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias	58.642		18.621			842.448	135.329	(841.076)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)
Resultado financeiro								3.417.365
Recetas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(322.447)	48.067
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)
Tributos sobre o lucro								1.950.764
Imposto de renda e contribuição social correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)			(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.612)	(123.213)	(7.612)	(8.880)	(144.456)	2.387	63.435	(162.540)
Resultado líquido do exercício	1.085.742	(134.213)	55.754	(11.448)	424.822	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	(316.771)	55.754	(11.448)	416.091	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas não controladores	182.558					8.731		191.289
41.1.2 Balanço Patrimonial								
	31/12/2023							
	Distribuição	Comercialização	Geração	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Total
Ativo circulante	3.208.464	1.394.361	1.478.896	991.889	1.714.298	3.235.878	560.961	(358.629)
Ativo não circulante	11.169.762	4.871.166	1.849.489	1.328.696	7.381.845	9.049.524	1.932.056	(12.411.373)
Passivo circulante	5.179.735	1.243.106	1.955.783	613.924	1.160.451	1.168.187	1.394.466	(183.795)
Passivo não circulante	6.449.072	2.454.679	873.757	1.002.501	542.653	217.421	866.086	(4.485.777)
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.749.419	2.567.742	498.845	704.160	2.512.039	10.899.794	232.465	(8.100.430)
42 Cobertura de seguros								
A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.								
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.								
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:								
	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022</		

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Stilwell Andrade Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro	Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira	Modesto Souza Barros Carvalho Conselheiro
Pedro Sampaio Malan Conselheiro	Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira	Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira	

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi Conselheiro	Arnaldo José Vollet Conselheiro	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
-----------------------------------	------------------------------------	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	Dyogenes Rosi Diretor Vice-Presidente de Distribuição	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores
Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes	Luiz Otávio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão	Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 328362/O-5
--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 08:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as pegas retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2024.

Adir Pereira Keddi
Conselheiro efetivoArnaldo José Vollet
Conselheiro efetivoJoão Antônio de Sousa Araújo Ribeiro Da Costa
Conselheiro efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP - Energias do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impacto decorrente da venda de controle na investida Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Notas 18.1 e 35.6)	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação da transação de alienação da participação societária da Porto do Pecém e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de reunião dos órgãos de governança que deliberaram sobre a alienação da participação societária.
Além disso, o investimento remanescente foi ajustado para refletir o valor provável de venda. Como resultado da classificação, a Companhia registrou uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 577.195 mil.	Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em assuntos técnicos contábeis para avaliar os impactos da transação, bem como analisamos a razoabilidade das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Com a conclusão do processo de alienação em 22 de dezembro de 2023, a Companhia baixou os ativos e passivos mantidos para a venda e, consequentemente, deixou de consolidar a investida. O valor total dessa alienação foi de R\$ 461.631 mil e resultou em uma perda adicional de R\$ 122.709 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.	Consideramos que os processos e julgamentos adotados pela Administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura (Notas 15, 34 e 39.1.3)	
As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia no período, a partir da data dos respectivos contratos, são registradas no balanço patrimonial e resultado do exercício.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia futura.
A determinação do valor justo desses contratos para as mensurações iniciais e posteriores demandam o estabelecimento de modelo financeiro com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da Diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto.	Com o auxílio de nossos especialistas em valorização de instrumentos financeiros, testamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos contratos de compra e venda de energia futura, tal como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia.	Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível das atividades de distribuição (Notas 21, 22 e 25)	Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro indenizável, Ativos da concessão e Intangível (Direito de concessão - Infraestrutura) das atividades de distribuição, nos valores de R\$ 7.320.523 mil, R\$ 1.022.187 mil e R\$ 1.289.323 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos de amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo da concessão, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.
O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.	Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível.	Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro indenizável, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.	Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas utilizados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas utilizados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia

Contador CRC 1BA029904/O-5

Documento assinado digitalmente

conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2021, que institui a

Infraestrutura da Chaves Públicas

Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa

Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento

pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link

<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>